

ELEIÇÕES E FORMAÇÃO DE GRUPOS NA POLÍTICA MUNICIPAL: AS BASES HISTÓRICAS QUE FUNDAMENTAM AS ALIANÇAS

ELECTIONS AND GROUP FORMATION ON MUNICIPAL POLITICS: THE HISTORICAL NATURE OF ALLIANCES¹

Maurício Izelli Doré*

Introdução

“Ninguém era filho da terra, nem haviam [sic] tradições a zelar” (ESTRADA, 2014 [1961]). Esta frase, presente na única crônica histórica disponível sobre os primeiros anos da vida política em uma cidade no interior do Paraná, expressa um dos elementos centrais que constitui a “hagiografia” sobre esta cidade. Fundada em 1947 como produto de um empreendimento imobiliário levado a cabo por uma empresa privada, a cidade de Maringá, no chamado “norte novo” do Paraná, tem sua história ostentada por investimentos intelectuais variados como uma cidade que nasceu “da pranche-

ta”, projetada e “traçada com os modernos requisitos da engenharia urbanística”². Dividido o município, desde seu início, em pequenos e médios lotes, sua ocupação urbana e rural foi guiada nos seus anos iniciais pela empresa que havia adquirido, ainda nos anos 1920, grande parte do território do noroeste paranaense³. Com uma urbanização acelerada já nos primeiros anos, a história da cidade é contada e recontada desde o seu contexto urbano, sendo a vida rural quase virtualmente ausente dos registros disponíveis – obras de memória, biografias, produções científicas etc. Além disso, a ausência ou dificuldade de conexão terrestre à capital Curitiba, em oposição ao

1 O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

* Universidade Federal de Sergipe (UFS), São Cristóvão, SE, Brasil. E-mail: mauricioizelli@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3403-8237>.

2 Deputado estadual Rivadávia Vargas, em discurso de 1951 pela emancipação de Maringá, então distrito (SANCHES, 2010, p. 26).

3 Companhia de Terras Norte do Paraná, subsidiária da inglesa Paraná Plantations Company e, mais tarde, Companhia Melhoramentos Norte do Paraná (GONÇALVES, 1995).

acesso a São Paulo, estabelece uma imagem durável de distanciamento das tradições locais e de um espaço político marcado pela competição e pela imprevisibilidade.

Sob a confluência desses diversos fatores – tomados aqui como representações duráveis inscritas na história, objetivadas nas instituições e incorporadas pelos agentes em concorrência pela difusão e imposição dos princípios que definem sociodiceias –, desenvolvo o argumento segundo o qual as alianças e apoios políticos constituídos no contexto das eleições para o cargo de prefeito nessa cidade estiveram condicionados fundamentalmente às condições objetivas de mobilização dos elementos constitutivos da história local, sendo estes, por sua vez, constantemente atualizados como parte e produto das competições eleitorais⁴. Está em jogo o estudo das condições objetivas de constituição de apoio e formação de alianças na competição eleitoral, conjugado ao trabalho de historicização dos princípios de visão e classificação que fundamentam as tomadas de posição relativas a projetos políticos específicos. Trata-se, portanto, da análise do processo, social e historicamente constituído, de unificação simbólica dos grupos constituídos para a competição eleitoral em um contexto específico. Entretanto, no lugar de uma contribuição à construção erudita de um caso *sui generis*, o propósito deste artigo é o de explorar as possibilidades de análises mais gerais ao recolocar no centro das condicio-

nantes de formação de grupos destinados à competição política as possibilidades de sustentação das tomadas de posição relativas a projetos políticos, com relação a políticas públicas específicas ou a disputas pela orientação de governos apresentados como mais ou menos liberais, mais ou menos conservadores, ou “de vanguarda”.

Em uma das extremidades do amplo quadro de pesquisas publicadas e que de algum modo trataram sobre as eleições nos municípios brasileiros⁵, as abordagens internalistas que consideram os registros formais de coligações (VASQUEZ; CURI; SILVA, 2021) tendem a operar uma transposição das dinâmicas nacionais a pesquisas mais localizadas (HOYLE; GELAPE; SILOTTO, 2021). Um outro conjunto bastante amplo de trabalhos corresponde à reconstituição das alianças e composição de grupos formados (e destituídos) por ocasião das eleições. Nessas pesquisas, os focos de compreensão giram sobretudo em torno à natureza das conexões (amizade, parentesco, clientelismo etc.), bem como de seus efeitos nas chances de êxito eleitoral e consequente manutenção de estruturas que reproduzem o poder político de determinados grupos (PIMENTEL, 2014; PETRARCA; OLIVEIRA, 2017). No outro extremo desse *continuum* estão as pesquisas de natureza etnográfica e que compreendem um aprofundamento da articulação de símbolos que dão sentido à construção de alianças para a competição política (IUBEL, 2015; VILLELA, 2009).

4 Desenvolvo este argumento na esteira de trabalhos na sociologia política brasileira baseados na superação de dualidades metodológicas e divisões disciplinares (REIS; GRILL, 2017; GRILL; BORDIGNON, 2020), onde a perspectiva processual e a problematização dos recursos e classificações em disputa são pontos centrais das análises (GRILL, 2020).

5 Para algumas das revisões mais recentes sobre o conjunto dessa bibliografia, ver Arruda, Kerbauly (2016) e Dufloth et al. (2019).

Afora um conjunto de comentários, que poderiam ser feitos sobre as lacunas e contribuições desse conjunto de trabalhos, o papel específico ocupado pela história corresponde a uma dimensão não negligenciável e ponto central a ser explorado neste artigo. Se por um lado, tanto as análises de recorte nacional (LAVAREDA; TELLES, 2022) quanto aquelas mais localizadas (SILVA, 2021) – e inclusive com investimentos na articulação de métodos “quali” (HOYLE et al., 2021) –, compreendem variáveis relativas à posição ideológica ou à avaliação de políticas públicas nas chances de êxito eleitoral no caso das eleições municipais; por outro lado, as categorias historicamente constituídas que permitem tanto a localização entre posições ideológicas quanto o julgamento sobre os posicionamentos políticos, permanecem ocultadas das empresas de análise sobre as eleições locais. Exceção pode ser feita aos trabalhos de Grill (2020), onde demonstra como a política feita por “herdeiros” de “famílias de políticos” corresponde a um processo histórico de construção de hierarquias constantemente atualizadas nas disputas eleitorais e que correspondem às possibilidades objetivas de constituição de grupos e tomadas de posição na concorrência eleitoral.

Partindo do aproveitamento parcial de uma pesquisa anterior, interessada nos processos de institucionalização subjacentes à construção social do cargo de secretário municipal que se impunham como constrangimentos às estratégias mais pragmáticas de cooptação (DORÉ, 2020), analiso aqui as dinâmicas de formação de apoios para as eleições municipais na cidade de Maringá, entre os anos de 1952 e 2016, perfazendo um total de 16 pleitos ininterruptos. Para este fim, foi feito o levantamento dos apoios a candidatos entre 1952 e 2016,

manifestados de modo formal (registro de candidaturas), ou informal (registrados nas produções editoriais de memória como algo “sabido por todos”, expresso por “testemunhas” dos processos em obras biográficas e de memória ou a revelação “de bastidores” registrada frequentemente pelo jornalismo político da imprensa local).

Persigo duas questões centrais: a) como as teorizações nativas a respeito do jogo político local refletem a permanência de sentidos duráveis que caracterizam os projetos políticos em pauta e, assim, elegem aquilo que constitui o objeto próprio de disputas no debate político; b) como a composição dos grupos em disputa, no lugar de refletir estratégias pragmáticas e sobretudo conjunturais, espelham hierarquias sociais construídas local e historicamente. A partir destas questões, defendo a hipótese de que determinados princípios que classificam biografias e instituições, à medida que vão se impondo na história, constituem constrangimentos à formação de grupos, ao mesmo tempo em que se tornam instrumento de disputas pela manutenção ou mudança dos princípios de visão postos em pauta durante as eleições (GRILL, 2020; BRIQUET, 1994). Dito de outro modo, trata-se aqui de reposicionar as disputas pela efetivação de projetos na centralidade das discussões sobre a competição política (SAWICKI, 2015) e de explorar as possibilidades de inclusão dessas disputas enquanto constrangimentos à formação de grupos políticos.

Partindo do objetivo geral relativo ao mapeamento dos apoios aos candidatos a prefeitura durante o período supracitado, busco conectar as representações constituídas em torno dos pleitos ao itinerário dos candidatos eleitos e da forma como seus apoios foram descritos. Desse modo, tomando por objeto de análise a relação entre

a formação de grupos políticos e as diferentes leituras nativas sobre o espaço político local, busco articular as redes de apoio ao modo através do qual as hierarquias sociais localmente constituídas classificam os agentes que compõem os grupos e operam a legitimação das alianças.

A partir do que se convencionou chamar nas Ciências Sociais brasileiras de uma “antropologia da política” (PALMEIRA; BARREIRA, 2004), as noções de “grupo” e “local” são entendidas aqui enquanto categorias nativas, enquanto expressões empregadas pelos agentes e segundo o significado específico que lhes são atribuídas: o que implica uma certa fluidez ou uma polissemia de sentidos por vezes ambivalente e contraditória. Menos do que repassar à população nativa o ônus de definição dos conceitos mais relevantes para a análise, trata-se de explorar como as formas propriamente nativas de classificar aliados, adversários, os lugares a que pertencem e as ideias que defendem derivam não de um cálculo cuja lógica é estabelecida *a priori* ou por uma condição atávica, mas de um conjunto de eventos históricos submetidos a processos de objetivação (BOURDIEU, 1980a) e incorporados pelos agentes em disputa no espaço político local. Está em jogo a centralidade da análise localizada como empresa essencial para o entendimento das dimensões mais gerais da política em determinada configuração nacional (BRIQUET; SAWICKI, 1989). Considera-se ainda a apropriação de uma noção específica da história (e dos processos históricos) para o estudo das instituições e papéis políticos, que compreende tanto a historicização das categorias sociais em uso (BOURDIEU, 1980b; NOIRIEL, 1989) quanto da evolução processual dos governos locais (BÉAL, 2006).

Com relação à ampla discussão relativa aos conceitos de grupos, quase-grupos, facções, relações diádicas etc, é preciso que algumas questões sejam esclarecidas. Em primeiro lugar, a adoção da noção de “grupos” enquanto expressão nativa se distingue tanto da noção de “redes de compromisso”, estabelecida a partir de uma base diática (LANDÉ, 1977) ou corporada (GRAZIANO, 1980), quanto de “facção”, enquanto coalizão centrada em lideranças personalísticas “cujos seguidores são recrutados de acordo com os recursos disponíveis pelos egos” (GRILL, 2009, p. 28). As discussões a esse respeito compreendem uma ampla literatura dentro da antropologia política, principalmente anglo-saxã (WOLF, 1956; BOISSEVAIN, 1966; BAILEY, 2001), contudo a ausência de considerações sobre trocas específicas ou de conexões baseadas na reciprocidade nos distancia de tal debate. Para as preocupações aqui presentes, os grupos são identificados a partir de um critério bastante preciso: apoio direcionado a um ego correspondente a um candidato ao cargo de prefeito (considerando a infinita variabilidade das construções nativas que o expressam). Assim, uma vez que não se trata de identificar uma dinâmica de trocas e reciprocidade – o que demandaria a localização do conjunto de “bens” em disputa e sua lógica de distribuição, ou a natureza desta troca, bem como a posição hierárquica dos membros na rede entre líderes e seguidores –, busco pelo processo histórico de construção de sentidos que permite unir indivíduos em redes frequentemente descritas como meramente pragmáticas.

Esta escolha, que impõe determinados enquadramentos de método, que serão discutidos adiante, permite ampliar algumas dimensões de análise antes restritas às

abordagens institucionalistas e formalistas da política (ABÉLÈS, 1986). O efeito mais imediato dessa ampliação é a dissolução das fronteiras que separam as instâncias especializadas da política (partidos políticos) das demais instituições e espaços de sociabilidade que unem (ou servem à divisão) dos diversos agentes envolvidos nas disputas eleitorais (SAWICKI, 2013). Corolário a este ponto, tem-se que a noção de redes operada neste texto não visa a uma análise microsociológica das estratégias de acúmulo de capitais ou recursos (MERCKLÉ, 2011), ou àquela das “interações reais” cujos vínculos entre indivíduos constituiriam evidências da estrutura social que se busca compreender (MARQUES, 1999), mas visa uma categoria não estanque, não categórica e apenas potencialmente objetivada e atualizada em contextos específicos, como no caso das eleições (ABÉLÈS, 1997). Assim, a conexão de pontos em uma rede tem o potencial de indicar sociabilidades em comum e estas, por sua vez, indicam um princípio mais geral de coesão entre os membros de determinado grupo (MERCKLE, 2011). Como argumentarei, a circulação dos membros de um grupo político antes restrito às instituições ligadas à universidade e ao meio sindical, por exemplo, logra eleger seu candidato a prefeito no início dos anos 2000 quando sua rede cruza aquela dos “empresários” e “representantes do PIB” local – fenômeno antes apenas possível com a intermediação da liderança católica, mas que entra em ocaso a partir dos anos 1990. Está em jogo, portanto, uma análise estrutural e não individualista, onde a política perpassa instituições “não especializadas” (conectando instituições tão diversas quanto clubes, associações profissionais ou relativas à religião), não bastando a consideração das justificações

oficiais em torno das disputas eleitorais (coligações, regras formais de recrutamento partidário, tecnologias de distribuição e contagem de votos etc.), mas sendo preciso também incluir aquelas “oficiosas” (BRIQUET, 1994), que muitas vezes expressam cumplicidades com contundência muito maior exatamente por não aparecem como tais, ou seja, políticas.

O presente texto está dividido em duas partes, além das considerações finais. A primeira compreende uma síntese da produção científica sobre a competição eleitoral, no município em pauta, e a construção *savante* de um caso “excepcional”. Na segunda, parto do conjunto de apoios distribuídos entre os candidatos para indicar uma periodização possível das disputas eleitorais que refletem as alterações da dinâmica do espaço político local em termos das classificações que hierarquizam perfis de candidatos e selecionam o repertório de projetos no debate político.

1. A constatação de uma “realidade diferente”

Produto tanto da história como de suas lutas pela imposição de sentidos, a produção intelectual sobre o norte do Paraná esteve durante muito tempo ligada à eficiência do empreendimento privado – síntese das expectativas sobre o moderno e racional – como causa e consequência da vida social nesta região (GONÇALVES, 1995). Até meados do século XIX, as únicas cidades existentes eram Curitiba e Paranaguá (DOUSTDAR, 2010), localizadas no extremo leste do estado e parte da região do “Paraná tradicional” – berço das produções eruditas de construção da identidade do estado. A partir dos anos 1930, como parte das políticas federais de ocupação do território nacional ainda não colonizado⁶, sob

o que ficou conhecido como “marcha para o oeste”, essa região sofre a investida de companhias colonizadoras, muitas delas já proprietárias de latifúndios, as quais, sob financiamento federal, dão início a uma série de empreendimentos imobiliários (TOMAZI, 1997).

Em outra ocasião, procurei abordar a composição dos elementos principais da gênese das representações locais, explorando o modo a partir do qual diferentes agentes e instituições participaram da produção e reprodução das representações sobre uma cidade fruto de um “empreendimento privado bem sucedido” a partir do qual teria se implantado um “projeto urbano moderno”⁷. Essas expressões compreendem um repertório mais amplo, inscrito nas obras de consagração da memória e nos empreendimentos eruditos de imagens positivas sobre a cidade, atualizado na reconstituição de episódios específicos em que se faz referência à posição da cidade como pólo/centro, ao seu traço “progressista”⁸ e à necessidade

de manutenção de um “crescimento organizado” e “planejado”⁹.

Verifiquei, então, que as condições de reprodução dessas representações estavam ligadas à emergência de instituições específicas – a Igreja Católica, a universidade estadual local, os clubes recreativos e as associações profissionais e patronais – e seu papel na construção de biografias e difusão de sociodiceias exemplares, dentre as quais destaco aquelas que compuseram as “comissões” destinadas a angariar fundos para a construção de uma Catedral na cidade, e à implantação da UEM. Nesse universo encontram-se sobretudo aqueles identificados como “empresários” e como “fundadores” de clubes sociais e de serviços. As referências à cidade, a partir do seu projeto urbano e da valorização da figura do “empresário”, transbordam na valorização social, não da posse de propriedade rural¹⁰ mas do empreendimento urbano diversificado¹¹, o que assegura à principal associação patronal local a prerrogativa do pro-

6 Sobre a ocupação do território a partir de um “vazio demográfico” e o ocultamento da população indígena, conferir principalmente Tomazi (1997).

7 Para uma exposição mais extensa dessas representações, bem como as condições de sua permanência e transformação ao longo do tempo, e quanto a considerações mais pormenorizadas sobre os limites das fontes aqui utilizadas, ver Doré (2020).

8 Difundido principalmente até os anos 1970, o termo “progresso” ou “progressismo” fazia referência à expansão territorial e ao desenvolvimento econômico. Nesse sentido, o termo é usado tanto para descrever processos de urbanização quanto para qualificar positivamente os agentes envolvidos.

9 Para uma problematização sobre as condições de implantação desse “planejamento”, ver Rodrigues (2004).

10 Fruto em grande medida das próprias escolhas de recorte, muitos trabalhos sobre “poder local” apontam a valorização da propriedade rural como importante recurso de manutenção do poder político – interpretação atrelada aos estudos de Leal (2012) e Queiroz (1976). Para um estudo sobre o trabalho de valorização do “rural” em um Brasil urbano, ver Meneses (2018).

11 Mesmo que a expressão “empreendimentos urbanos diversificados” possa tomar contornos demasiadamente vagos, faz-se aqui referência à escassez ou secundarização de qualquer referência a “fazendeiro” ou “produtor rural” entre as representações biográficas dos “notáveis” locais e uma ausência ainda maior sobre a “vida no campo” ou a dimensão rural na historiografia sobre o município em questão.

tagonismo como porta-voz da cidade e de seus símbolos¹². As condições materiais de reprodução social, mas também dos ideais de desenvolvimento e progresso, concebido a partir da ocupação racional do território e da “caridade” como antídoto ao comunismo, são asseguradas pela iniciativa da Igreja Católica de controle sobre as instituições de ensino e veículos de imprensa¹³. Por último, o processo de unificação das faculdades locais e fundação da Universidade Estadual de Maringá (UEM) compõe as estratégias de manutenção das condições que permitiram a reprodução da cidade enquanto centro “geoeconômico e cultural do norte” (SANCHES, 1969).

No interior de uma espécie de divisão do trabalho intelectual de construção da região (BOURDIEU, 1980b), a produção editorial destinada às efemérides das instituições locais de socialização e prestígio¹⁴ se encarrega da preservação dos sentidos do “heroísmo” e da “racionalidade” no processo de ocupação do território. Já a produção acadêmica sobre as competições eleitorais aos cargos de vereador e prefeito compreende um conjunto de trabalhos

que trazem, em comum, a defesa de que o contexto local de disputas políticas não poderia ser compreendido segundo os termos do domínio oligárquico, da propriedade de terras como sinônimo de poder político, e do domínio de dinastias familiares como causas ou caminhos de compreensão sobre os meios de acesso ao poder público no município (OMURA, 1981; TONELLA, 1991; AMARAL, 2011).

A constatação de uma “realidade diferente”, contudo, não resulta em uma nova proposta de enquadramento teórico. Desde um emprego mais flexível do conceito de coronelismo (OMURA, 1981), à crítica aos “estudos de poder local” (TONELLA, 1991, p. 54-55), passando por pesquisas mais recentes filiadas à teoria do desenvolvimento político (ALCÂNTARA, 2004) ou ao “pluralismo” norte-americano (AMARAL, 2011), até os relatos autobiográficos publicados na forma de dissertação (TREVIZAN, 2018), tais empreendimentos participam de um processo de construção erudita sobre o espaço político local, definido então como altamente competitivo e composto por alianças que variam segundo cenários

12 Trata-se da Associação Comercial e Industrial de Maringá (ACIM), fundada em 1953, e que reúne principalmente empresários do setor de comércio e serviços. Apesar da existência de associações patronais rurais existirem localmente desde 1952, as referências aos seus dirigentes ou sua participação nos registros históricos permanece dispersa, senão rarefeita, o que poderia estar ligado ao pouco investimento em empreendimentos editoriais de memória.

13 Entre os anos de 1950 e 1960, a representação local da Igreja Católica patrocinou a fundação e o financiamento parcial de diversas escolas secundárias de confissão católica, e de “faculdades isoladas” posteriormente unificadas, constituindo a Universidade Estadual de Maringá (UEM) em 1969 – o próprio bispo, Dom Jaime Coelho, foi professor e reitor da Faculdade Estadual de Ciências Econômicas, antecessora da UEM. Dom Jaime ainda fundou e manteve, entre 1962 e 1979, o jornal *Folha do Norte*. Para uma abordagem mais específica da relação entre a Igreja Católica e seus investimentos nas coisas da “cultura” e da “política”, ver Coradini (2003).

14 Trata-se aqui de produções editoriais, de baixa tiragem e não destinadas à comercialização, encomendadas por instituições como a ACIM, OAB, AEAM (Associação dos Engenheiros e Arquitetos de Maringá), Arquidiocese de Maringá, Unimed, AABB (Associação Atlética Banco do Brasil) etc.

extremamente conjunturais. Todavia, por trás dessa suposta “excepcionalidade” está o ocultamento da relação entre instituições, grupos e projetos: o que produz efeitos, não somente nas considerações sobre este caso em particular, mas nas possibilidades concretas de ultrapassagem das interpretações mais centradas na ambição política, de um lado, ou que transformam diferenças em exotismos, de outro.

2. Redes de apoio e o espaço dos possíveis na política local

2.1. Sobre as fontes

Sobre a reconstituição das redes de apoio nas campanhas à prefeitura entre 1952 e 2016, mesmo tendo optado por considerar as definições propriamente nativas de “apoio” e “grupo” e por incluir na análise as mais variadas formas, a partir das quais as diferentes definições se relacionam, o conjunto de fontes empregadas para o levantamento dos dados impõem considerações a respeito das suas condições de produção – a posição dos autores no espaço das disputas em pauta e a natureza da produção, se acadêmica, autobiográfica etc – e das definições em uso que possibilitam conectar atores e instituições.

A respeito das fontes mais interessadas no levantamento cronológico das eleições e do perfil (em sentido *lato*) daqueles que ocuparam o cargo de prefeito, a posição dos autores com relação ao objeto implica, em primeiro lugar, tanto a diferença de definições de apoio quanto o volume de informações oferecido. Se, por um lado os empreendimentos mais amplos e enciclopédicos de consagração da história local (SILVA, 2017, 2018) pouco contribuem para além das informações oficiais de cadastro de candida-

turas – o mesmo valendo para a produção acadêmica citada na seção anterior –, por outro lado, os memorialistas mais prolíficos (SCHIAVONE, 2000, 2004, 2007) tendem a conectar a “amizade” como fator imediatamente incidente no apoio a candidaturas. Um segundo efeito diz respeito à atração de apoios a candidatos específicos como produto da posição dos autores desses materiais nas disputas políticas locais – a maior fração da produção disponível teve autoria de agentes que participaram do mandato de prefeitos eleitos entre 1960 e 1988.

Portanto, de modo a mitigar o formalismo que pressupõe o efeito imediatamente operatório do registro oficial como apoio real e direto dos partidos coligados à candidatura do prefeito (BUÉ; DESAGE, 2009), considereirei a inclusão apenas do partido do candidato e do seu vice. Quanto aos registros de memória e autobiografias, considereirei a referência a apoios apenas quando mencionados o mais próximo do “tempo da política” (PALMEIRA; HEREDIA, 1995), ou seja, por ocasião de um pleito eleitoral específico. Quanto ao viés da atração de apoios mencionado acima, a produção historiográfica, ou seja, com maior distanciamento das disputas “profanas”, compreende um período que se estende dos anos 1960 ao início dos anos 2000, com foco nos “movimentos de esquerda” (DIAS, 2018). Por fim, se por um lado os candidatos de menor expressão eleitoral, e sobretudo as candidaturas recentes e que ainda não foram alvo de reconstituições históricas ou produções editoriais de memória, têm seus apoios ocultados como efeitos da sua própria posição no espaço político local, por outro, revela-se, por esse mesmo fator, as condições de concentração de representações biográficas e defesa de posições políticas próprias ao espaço local em questão.

Com relação à bibliografia produzida por aqueles diretamente envolvidos no espaço político local (SCHIAVONE, 2000, 2004, 2007; DIAS, 2008, 2011; TREVIZAN, 2017; ESTRADA, 2014 [1961], VARGAS, 2003), tanto seus respectivos posicionamentos quanto o relativo consenso sobre o título de “liderança” distribuído a agentes específicos, conforma não somente o conjunto de relações de lealdade e as disputas que se deseja “revelar”, quanto a evidência da imposição de determinados agentes e sua respectiva trajetória, como representantes dos ideais relativos às expectativas sobre a ocupação do cargo de prefeito. Tratando-se de empreendimentos editoriais de baixo alcance em termos de mercado, até pela sua extrema especificidade, muitas vezes financiado pelos próprios autores, e com uma incidência maior nas crônicas sem pretensões eruditas, tais fontes são ocasião privilegiada de exposição das “teorizações nativas acerca das regras e papéis” concorrentes nos jogos políticos “e que não raro deixam perceber a constru-

ção consagrada ou detratora de ‘etiquetas políticas’, de eventos e personagens, de códigos de conduta etc.” (GRILL, REIS, 2016, p.10) que regeriam não apenas o “mundo da política”, mas também o espaço das interações locais que permeiam as empresas econômicas, religiosas ou culturais.

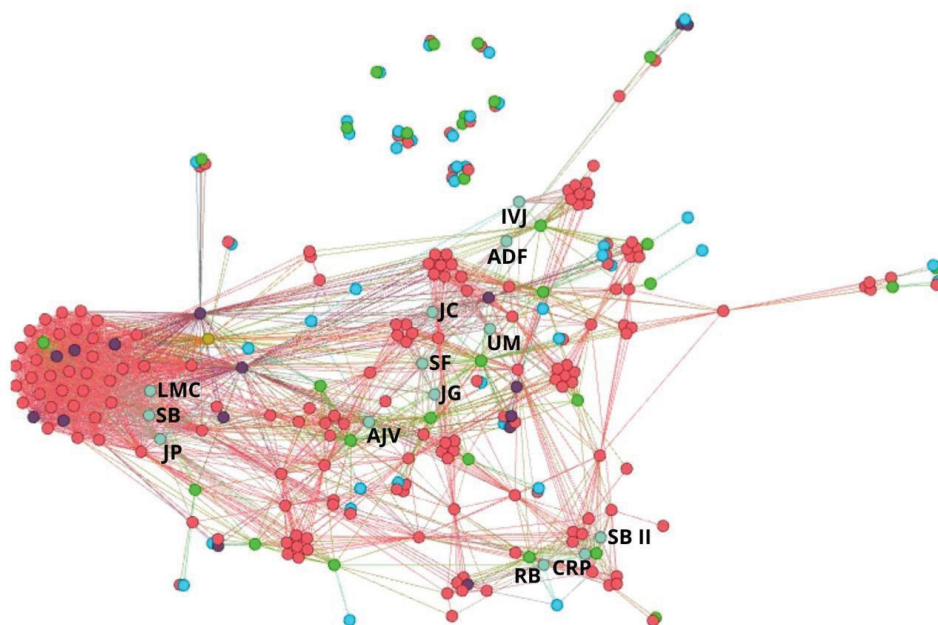
Isso posto, a partir do cotejamento desse conjunto de fontes¹⁵, foi estabelecida uma rede (Gráfico 1) a partir dos candidatos a prefeito entre 1952 e 2016; estes foram conectados aos respectivos vices e partidos pelo conjunto de apoios durante a campanha, sejam eles indivíduos, ou associações, perfazendo um total de 13 prefeitos eleitos¹⁶, 68 candidatos e 229 apoiadores (sendo 182 indivíduos, 32 partidos e 15 outras formas de apoio¹⁷). Na imagem, os pontos são representados pelas cores vermelho (apoiadores e candidatos derrotados), verde (partidos), azul (apenas candidatos derrotados), roxo (grupos e associações) e cinza (prefeitos eleitos).

15 Cabe mencionar aqui que, ainda que de modo não sistemático, para aferição dos apoios foram consultadas as informações do jornalismo político na imprensa local entre 1988 e 2004. Para mais informações sobre o espaço local da imprensa e sobre o jornalismo político local e sua definição de política, ver Doré (2020, p.154).

16 Para melhor visualização do gráfico, os nomes dos candidatos eleitos foram abreviados. Legenda: IVJ (Inocente Villanova Júnior), ADF (Américo Dias Ferraz), JP (João Paulino), LMC (Luiz Moreira de Carvalho), AJV (Adriano José Valente), SB (Silvio Barros), SF (Said Felício Ferreira), RB (Ricardo Barros), JG (Jairo Gianoto), JC (José Claudio Pereira Neto), SB II (Silvio Barros II), CRP (Carlos Roberto Pupin) e UM (Ulisses Maia).

17 Foram incluídas aquelas manifestações de apoio expressas pelas fontes, muitas vezes como forma de adjetivar os candidatos, que tendiam por vezes a abranger “categorias” como “estudantes”, “empresários” ou “setores da esquerda” ou instituições, como “Igreja Católica” ou “Lions Club”.

Gráfico 1 – Rede de apoios: 1952–2016



Fonte: Elaborado pelo autor

Na confecção das conexões, não foram estabelecidas diferenças de apoios entre eleições, isso porque mais do que a capacidade de mobilização de apoios e seus efeitos na competição eleitoral, interessam as relações que tornam possíveis as aproximações entre apoiadores e candidatos. O mesmo diz respeito a indivíduos que foram, em momentos distintos, apoiadores, candidatos e prefeitos eleitos – registrados todos em um mesmo ponto no gráfico. Cabe ainda ressaltar que, ao contrário do estabelecimento de vínculos na rede como reflexo das interações “reais” (MARQUES, 1999; OLIVIERI, 2007), a diversidade e o volume das conexões variam de acordo com o posicionamento dos agentes nos projetos de reconstituição das disputas pela prefeitura e consagração de biografias. Isso implica tanto o acúmulo de representações positivas, como as teorizações sobre o rearranjo entre grupos e a posição de dado agente na

divisão do trabalho de produção da história sobre o espaço político local. Esse posicionamento reflete seja a adoção da rede enquanto método, no lugar de um princípio heurístico ou explicativo (SAPIRO, 2006), quanto a importância de localização da configuração de agentes como parte dos desdobramentos históricos em pauta – questão que será retomada adiante.

2.2. Principais eixos de oposição

A princípio, é possível localizar dois eixos de oposição que indicam algumas dinâmicas que estruturaram a formação dos grupos e seus condicionantes no período analisado e os projetos políticos em disputa. Em primeiro lugar, compreendendo as eleições entre 1952 e 1968, os princípios atrelados ao “pioneirismo” enquanto empresa de “aventura” e “heroísmo” chocam-se com os projetos mais pragmáticos de

imposição do projeto urbano e dos agentes autorizados a portá-lo. Nesse contexto, as eleições de 1960 constituem momento chave de atualização dos princípios de valorização das biografias: dinâmica que fundamentará a ruptura entre um período dito de “terra crua” e a emergência de uma “civilização” moderna prevista ainda nos planos iniciais do projeto de exploração imobiliária. É também oportunidade de emergência do conceito de grupo, como um atalho cognitivo que conecta um membro aos demais a partir de representações biográficas em comum. Em segundo lugar, as eleições entre 1988 e 2000 marcam o confronto entre os ideais do humanismo católico até então vigente, e as tentativas de estabelecer novos princípios, desta vez atrelados aos valores de mercado objetivados nas políticas de privatização dos serviços públicos. Mais do que a “vitória” de determinado grupo, o resultado desse confronto é ocasião de consolidação da associação patronal local como principal avalista dos projetos políticos subsequentes.

Enquanto convergência dos efeitos de uma colonização dirigida e de intensa publicidade¹⁸, os anos entre 1947 e 1960 são descritos pela crônica local como um período de “terra crua” – espécie de metonímia que correspondia à ausência de ordem (em outras palavras: violência) e à precariedade das condições de vida (DIAS; GONÇAL-

VES, 2009). Nesse contexto, a eleição dos dois primeiros prefeitos é marcada por uma relação ambivalente e conflituosa entre a valorização do heroísmo pioneiro – motor de unificação das vontades individuais em uma empresa coletiva de “construção” – e a condução de uma cidade concebida para a modernidade e o progresso.

Em ambas as eleições (de 1952 e 1956), mais do que a constituição de grupos, o que se percebe é o estabelecimento de oposições entre a companhia colonizadora, ainda proprietária de grande parte dos lotes urbanos e avalista do projeto urbano implantado, e os prefeitos eleitos representantes dos “flagelados” e da “massa”. Nesse sentido, o que permitiu a emergência dessas categorias sociais, não dizia respeito a uma resposta natural ou espontânea a questões mais ou menos difusas, mas a um trabalho de unificação simbólica. A ideia mais efetiva de grupo na política local tem início nas eleições de 1960, e corresponde ao trabalho de desclassificação do prefeito anterior (a partir da atualização de princípios de excelência social) bem como a fundação de espaços que permitem a localização de indivíduos e suas reputações. Além disso, considerando que a imposição de uma legitimidade para a exploração econômica do território tenha se dado em torno do primado da iniciativa privada, do “planejamento” e da “modernidade”¹⁹, e à medida que a CMNP impunha-

18 Trata-se de um conjunto de peças publicitárias cuja estratégia pode ser sintetizada no “tripé formado pela garantia de direito à terra, a certeza do lucro e a livre iniciativa” (SANTOS, 1977, p. 60 *apud* SILVA, 2017, p. 46). O conteúdo dessas peças “traduzia imagetivamente o norte do Paraná através de expressões pitorescas” (GONÇALVES, 1995, p. 55) referentes à ideia de “terra prometida”, “terra abençoada”, “eldorado” e Nova Canaã, entre outras definições entusiásticas.

19 O termo “modernidade” refere-se aqui ao movimento modernista enquanto escola estética e urbanística dentro dos domínios da arquitetura. Além de empregado pela imprensa da época como sinônimo de “tecnologia”, “conforto” e “progresso”, ver, principalmente, as edições da *NP em Revista* e *Maringá Ilustrada* (Acervo Maringá Histórica) – o termo “modernidade” teria servido de inspiração para o projeto urbano implantado em 1947.

-se enquanto protagonista desse processo, pode-se dizer que seu acesso às instâncias mais pragmáticas de controle, i.e., a Prefeitura, foi adiado pelas relativas derrotas nas eleições de 1952 e 1956.

Inocente Villanova Júnior, registrado pelas empresas de memória como “industrial e “comerciante” (MARINGÁ, 2003, p. 17) e adjetivado segundo as imagens mais duráveis do pioneirismo – “comerciante honrado”, “homem de luta”, “pioneiro raçudo” (MARINGÁ, 2003, p.60, 68) –, lança-se candidato à Prefeitura em 1952 pelo PTB. A ausência (ou o pouco volume) de apoios que pudessem ser registrados a partir de nomes próprios (indício de reconhecimento) é convertida em uma ausência *tout court* de sustentação política, ou seja, passa a ser interpretado pela memória local como aquele que “não representava nenhum grupo importante”²⁰ (CARVALHO, 2021). Durante seu mandato, Villanova teria protagonizado episódios de antagonismo com a companhia colonizadora e, após seu término, abandona a vida política. Resta ausente, todavia, qualquer registro sobre seu envolvimento em outras campanhas eleitorais na cidade.

Considerando a importância do segundo prefeito, Américo Dias Ferraz, no processo que se seguirá de atualização dos princípios de classificação da excelência social e de seu potencial de transfiguração em razão autorizada para a ocupação de postos na política, faço menção às suas informações biográficas de modo mais extenso. No caso

de Américo Dias Ferraz, em particular, eleito no pleito seguinte, em 1956, as empresas de ajustamento de determinados aspectos biográficos à prescrição de destinos possíveis conectam tanto o volume quanto a natureza dos recursos econômicos às estratégias de engajamento político, ao desempenho durante o mandato e, por fim, seu ajustamento final ao conjunto das representações que definem positivamente a cidade. Nasido no interior de Minas Gerais, Ferraz tem sua trajetória reconstituída nos moldes do “empreendedor, avistando o futuro” (*Maringá Ilustrada*, 1957, p. 22). As menções à sua “origem modesta” (SILVA, 2017, p. 338) – “lavrador” (MARINGÁ, 2018, p.17), “comercializava ovos e galinhas em sua bicicleta” (SILVA, 2017, p. 339), fundamentam a passagem de uma condição precária ao acúmulo de capital econômico oriundo da atividade “empresarial” e permitem, tanto às produções contemporâneas quanto às empresas de reconstituição histórica, erigir sua figura como caso exemplar na produção da crença sobre o “pioneiro” como um “empreendedor liberal” que “constrói com seu trabalho o Eldorado (terra do progresso)”, figura que compôs o “quadro referencial da identidade regional do norte do Paraná nos anos 1940 e 1950” (ARIAS NETO, 1995, p. 74). Américo Dias Ferraz é assim descrito pelo seu “espírito aventureiro e empreendedor” (SILVA, 2017, p. 338), “abastado comerciante” (MARINGÁ, 2018, p. 13), “dotado de um dinamismo extraordinário” (ANDRADE, 1979, p. 298; SILVA, 2017, p. 339), “experimentou rápida

20 Ferraz teria recebido o apoio do ex-governador de São Paulo e então candidato à presidência da República Adhemar de Barros, seu correligionário pelo PSP, o qual teria ainda participado de um comício em apoio à Ferraz nas eleições de 1956 (GOMES, OLIVEIRA, 2019). Contudo, a desconexão de Adhemar de Barros com relação aos espaços e redes locais de prestígio reforçam a percepção de Ferraz como um candidato “azarão”.

ascensão social e tornou-se um homem rico” (DIAS, 2008, p. 49), “lidador de cifras astronômicas” (*Maringá Ilustrada*, 1957, p. 23).

Entretanto, o pequeno grupo que compõe aquele de seus apoiadores nas eleições de 1956 é um reflexo do não ajustamento entre a posição econômica e posição nos circuitos locais de reconhecimento. Candidato a vereador em 1952, consegue a segunda suplência; filiado então ao PTB, seu envolvimento na campanha do prefeito eleito envolve apenas a menção de seu nome em uma reunião do diretório local do partido (ESTRADA, 2014, p. 44). Em 1956, a ausência de apoios cujos nomes pudessem ser referenciados enquanto figuras expressivas (“não contou com nenhum apoiador expressivo”) (CARVALHO, 2021) são dimensões a partir das quais seu mandato – marco final de seu trajeto na política – será registrado pelas reconstituições *a posteriori* como período a ser superado pelo próximo prefeito.

Segundo Omura (1981, p. 157), Américo “teve sua vitória assegurada pelo eleitorado de baixo poder aquisitivo”, obtendo “maior índice de votos nas áreas periféricas [...] em razão [...] de sua identificação com essas camadas”. A identificação à qual se refere Omura, corresponde à tomada de uma parte pelo todo, conectando tanto a despossessão

de títulos escolares e o não domínio dos meios autorizados de defesa das posições políticas, como a oratória quanto à ostentação de uma imagem incompatível com o cargo: “prelecionava nos comícios sua origem modesta, identificando-se como caboclo ‘violeiro’, valendo-se de atritos criados por seu opositor da UDN”, um “advogado de prestígio e temido orador”²¹ (TREVIZAN, 2018, p. 22). Aqui, mais do que registros de um personagem “folclórico” ou “pitoresco” (DIAS, 2008, p. 45; SILVA, GOMES, 2016, p.107), está em jogo o emprego diferenciado de classificações nas disputas eleitorais que tendem a opor grupos. Se por um lado, a imagem da viola era algo frequente entre candidatos eleitos e localizados na “elite”²², ao menos até 1969²³, a conversão de símbolos que conectam o candidato às “classes populares” foi frequente entre candidatos de percursos e grupos sociais distintos. Como mencionado anteriormente, os eleitores de Inocente Villanova Júnior, candidato pelo PTB em 1952, eram classificados como “flagelados” (ESTRADA, 2014, p. 55). Em 1964, Luiz Moreira de Carvalho (PDC) era encarado por opositores como um candidato menor (“lambari”). Nas eleições seguintes, em 1968, Adriano Valente (MDB) teria sido eleito com os votos dos “pés-de-chinelo” (DIAS, 2008, p. 94).

21 Referência à Haroldo Leon Peres, presidente do diretório local da UDN em 1954, nos anos seguintes construiria uma carreira ascendente como deputado estadual, deputado federal e governador do Estado por um breve período, em 1971.

22 Como será observado em outros exemplos ao longo do texto, o termo “elite” corresponde aqui a uma categoria nativa e faz referência aos membros de clubes sociais e de serviços. Além disso, a possibilidade de empregar-se o termo é tão mais provável quanto maior for a relação entre acúmulo econômico e o envolvimento em atividades culturais.

23 Em entrevista concedida em 2007, Adriano José Valente (prefeito, 1969-1972) relata: “Sabe como a gente fazia comício? Um violeiro tocava primeiro para reunir o povo e sempre havia os favoráveis e os contrários, que vinham armados para acabar com o comício” (DIAS, 2008, p. 77).

A edição da revista *Maringá Ilustrada* de agosto de 1957, retrata o mandato de Américo Dias Ferraz (PSP, 1956-1960) como expressão acabada do ideal de “cidade progressista”, o que, à época, remetia à expansão territorial e ao crescimento econômico. No entanto, são as produções posteriores que vão fundamentar tanto o lugar do prefeito no espaço político quanto estabelecer os limites das representações que definem as características de excelência e condições de ocupação do cargo: o que não ocorre sem efeitos sobre as possibilidades de mobilização de apoios. Entra em pauta, portanto, um conjunto de “casos”, “testemunhos” e memórias que comporão as características de um período que se desejava ultrapassar – como o porte e a ostentação de armas de fogo por parte do prefeito, tratado com todos os efeitos do “inusitado” e do “espanto” (SANCHES, 2002, p. 83; DE PAULA, 2010, n.p; ROBLES, 2007, p. 42; *Maringá Ilustrada*, 1972, p. 24). Como consequência, a possibilidade da transformação das insígnias valorizadas de “pioneiro” e “empreendedor de sucesso”, em êxito durante o mandato, é inviabilizada posteriormente pelas acusações de “falta de cultura” (ANDRADE, 1979, p. 298; RECCO, 2012, p. 65), “inépcia” (CORDOVIL, 2010, p. 215), “pouca experiência” (SILVA; GOMES, 2016, p. XIII) ou “inabilidade para conduzir a prefeitura” (DIAS, 2008, p. 58).

Afora as questões que poderiam ser relacionadas às chances de êxito na competi-

ção eleitoral²⁴, as condições que permitiram a emergência de um candidato que pudesse se contrapor ao conjunto das classificações que descreviam Américo Dias Ferraz, ao mesmo tempo em que operasse a mediação de “interesses” junto ao governador do Estado, estavam ligadas à posição do café na economia²⁵, à atuação do PSD entre 1952 e 1960 e à circulação de João Paulino Vieira Filho nos espaços de reconhecimento e prestígio disponíveis entre 1954 e 1960.

Já nas eleições de 1956 em Maringá, o PSD elegeu cinco vereadores, e durante o mandato de Ferraz (PSP) o partido assume o protagonismo das mobilizações de oposição ao prefeito, o que envolveu acusações de uso privado de bens da prefeitura, de não execução de leis aprovadas pela Câmara, “retenção de verbas” (*Diário do Paraná*, 09/03/1960) e falsificação de documentos (*Última Hora*, 21/03/1960). A partir de um processo contínuo de desclassificação que se dá de 1957 a 1960 referente às “habilidades administrativas” do prefeito Américo Dias Ferraz, no qual o PSD assume protagonismo, observa-se a emergência de João Paulino como um candidato não só habilitado ao cargo, segundo os sentidos nativos agora atualizados, mas que tinha o PSD como credor, partido ligado ao governador do Estado (Moisés Lupion) e com representação na Assembléia Legislativa²⁶.

Com uma rede de base familiar que se inicia com seu pai e se estende a políticos com origem no chamado “Paraná Tradicio-

24 Vale acrescentar que Américo Dias Ferraz não chegou a concorrer nas eleições de 1960.

25 Além de Luz (1997), Priori et al. (2012) e Moro (2003) empregam o mesmo estudo de Cancian (1981) segundo a qual a década de 1960 teria marcado o encerramento da expansão da cafeicultura paranaense.

26 Eleito em 1958 para a Assembléia Legislativa do Paraná, Neo Alves Martins (PSD) residia em Maringá e era coletor estadual. Foi de sua autoria o projeto que criou a Faculdade Estadual de Ciências Econômicas de Maringá em 1959 (SILVA, 2017; SILVA, 2018).

nal”, a trajetória de João Paulino no espaço político local tem início com as eleições de 1956, quando participa como coordenador da campanha do médico José Gerardo Braga²⁷ na coligação PSD/PDC, que fica em terceiro lugar no pleito. Já durante o mandato de Américo Dias Ferraz, enquanto corria na Câmara as acusações contra sua administração, João Paulino era presidente do diretório local do PSD, partido pelo qual lança sua candidatura em 1960 (OMURA, 1981).

Segundo um prolífico memorialista e atuante na política local²⁸, a candidatura de João Paulino foi apoiada “por uma equipe homogênea e empresarial, liderada pelos seus companheiros do Lions Club” (SCHIAVONE, 2007, p. 61). Trata-se da mobilização de redes de lealdade cujos agentes acumulam as características de excelência empregadas para a autorização no momento da ocupação de cargos públicos, e participam de círculos de concertação política mais ou menos formalizados. A menção à “equipe empresarial” faz referência àqueles que ocuparam posições na diretoria da Associação Comercial de Maringá, entre 1957 e 1960 e que foram posteriormente nomeados por João Paulino em secretarias e autarquias, compondo uma “equipe de

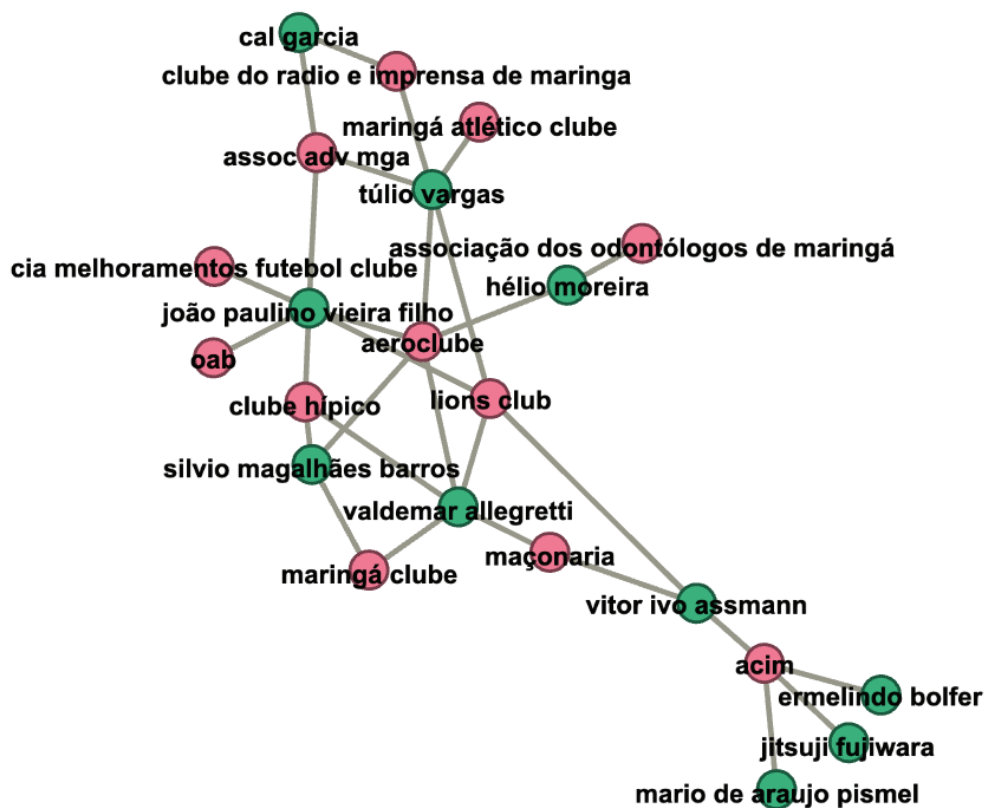
alto gabarito”, “de grande respeito popular e apoiada pelos empresários” (SCHIAVONE, 2004, p. 29, p. 91).

Para além dos “empresários”, o conjunto dos apoios em pauta compreende um universo de clubes e associações que sintetizam as classificações atribuídas ao candidato, ao mesmo tempo que fornecem os agentes responsáveis pela ocupação de cargos durante o seu mandato e pela expressão dessas classificações. É o caso do Lions Club e Aeroclube, além do Maringá Clube, Clube Hípico, entre outros, instituições expressas no gráfico seguinte (Gráfico 2) através dos pontos rosas, conectadas a João Paulino e seus apoiadores (pontos verdes). Esses espaços aparecem nas classificações nativas como espaços “de elite”, compostos por profissionais liberais, diretores da CMNP e políticos: “a classe médica, bem como advogados, empresários, lideranças e políticos”, “categorias profissionais de maior poder aquisitivo” (SILVA, 2017, p. 321), “a elite dirigente da cidade” (MARINGÁ, 2016, p.43-44) e “pessoas das altas rodas da sociedade local” (AMARAL, 2013, p. 487) frequentavam estes espaços.

27 Proprietário de um dos primeiros hospitais, fundado em 1948, participou da fundação da Associação Médica de Maringá em 1949; classificado pelas obras de memória da medicina local como alguém de “prestígio”, disputou o cargo de prefeito nas eleições de 1956 (RECCO, 2010).

28 Ademar Schiavone: pecuarista e colunista social, foi secretário municipal durante os mandatos de João Paulino (1977-1982), Ricardo Barros (1989-1992), Silvio Barros II (2005-2008) e Carlos Roberto Pupin (2013-2016).

Gráfico 2 – Rede de apoios à candidatura de João Paulino (1960): relação entre indivíduos e associações



Fonte: Elaborado pelo autor

Sobre a questão relativa às possibilidades de conexão entre as esferas “local” e “estadual”, a candidatura de João Paulino em 1960 põe em pauta o projeto de conversão da posição “privilegiada” de Maringá (MORO, 2013) em políticas financiadas pelo governo estadual²⁹. O tema da conexão entre local, estadual e nacional tem sido objeto de interesse de grande parte da história das teorias sobre a política nas ciências sociais brasileiras (LEAL, 2012; QUEIROZ,

1976; CINTRA, 1971). Porém, a despeito do que oferecem para a compreensão dessa relação, a questão a reter aqui é a naturalização no jogo político da necessidade imprescindível dessa relação (BEZERRA, 2012) e também os contornos que ganha nas representações sobre o jogo político local, onde a capacidade de mobilização de redes se impõe como marca do início “verdadeiro” da política do município.

29 Como “candidato do governador” (DIAS, 2008), João Paulino “tinha a credibilidade necessária para alinhavar apoio para as ações locais”, “estabelecendo uma linha de comunicação direta [entre] os governos municipal e estadual” (SILVA; GOMES, 2016, p. 146, 122).

Em síntese, a correspondência entre o conjunto das representações empregadas tanto na descrição da rede de apoio a João Paulino, quanto dos espaços de circulação (e reconhecimento) desses agentes, oferece as bases de reprodução e difusão da crença no projeto de desenvolvimento em pauta, ao mesmo tempo em que se opõe ao prefeito anterior e às classificações a ele relacionadas. Segundo os registros disponíveis, o primeiro mandato de João Paulino é classificado como um divisor de águas na história política local (SCHIAVONE, 2007; DIAS, 2008), passando de “duas gestões infrutíferas, pra não dizer nulas” (*O Jornal*, 27/07/60 apud DIAS, 2008, p. 57), a um governo que, a partir do “diálogo entre o poder político e as forças empresariais”, imprimiria, com “visão de futuro” (SILVA, 2017, p. 381), um projeto de desenvolvimento planejado (TREVIZAN, 2018). Trata-se da construção da sociodiceia, não só de João Paulino, mas de um grupo ao qual se atribui um “trabalho estafante de reconstrução” (VARGAS, 2003, p. 22) difusor de valores como “rapidez”, “confiabilidade”, “segurança” e “racionalidade” (SANCHES, 2002, p. 68).

Assim, à medida que as lutas pelo monopólio das prescrições sobre o que a cidade deveria ser envolvem a definição dos princípios que autorizam as tomadas de posição política, os projetos de racionaliza-

ção do processo de urbanização demandam agentes aptos a representá-lo: o que não exclui as estratégias diferenciais de aferição dos lucros advindos desse projeto. Se os dois primeiros mandatos foram marcados pela remediação das condições precárias de vida em um vilarejo recém fundado, seus representantes são marcados pela imagem do “pioneiro”, “herói” e “aventureiro”. Por outro lado, João Paulino seria o responsável por “traduzir a cidade para o moderno”, o que incluía a expansão da estrutura administrativa do município e a inauguração das referências à composição do mandato como um todo unificado pelos seus traços positivos: “o maior mérito de João Paulino era ter uma equipe de alto gabarito. Seu secretariado tinha competência e representatividade” (SCHIAVONE, 2004, p. 29).

A constituição de grupos em torno de figuras “notáveis”³⁰ permanece um quadro relativamente estável até finais da década de 1970. No canto esquerdo do Gráfico 1, os prefeitos João Paulino, Luiz Moreira de Carvalho e Silvio M. Barros aparecem rodeados de um conjunto quase idêntico de apoios. Durante esse período, as discordâncias com relação ao apoio à ditadura militar são colocadas em segundo plano com relação às propostas do “desenvolvimento humanista” da Igreja Católica³¹ e às condições de manutenção da cidade enquanto pólo

30 Categoria nativa, por vezes muito próxima a “elite”, mas onde o poder econômico pode ter um peso secundário. Usa-se a expressão sobretudo para fazer referência a posições de direção em órgãos de representação profissional, patronal ou de setores específicos. Atualmente em desuso, o termo aparece ainda na imprensa dos anos 1990, ao reportar evento (“reunião de notáveis”) que reúne “Acim, FIEP [Federação das Indústrias do Paraná], Prefeitura Municipal, UEM, Sebrae, sindicatos patronais e de trabalhadores, clubes de serviços, associações e partidos políticos” (*O Jornal do Povo*, 26/10/1996).

31 Trata-se aqui, aliás, de um projeto mais amplo ligado à adesão do Governador Ney Braga (PDC, 1961-1965) a determinadas prescrições do modelo de desenvolvimento ligado ao movimento “Economia e Humanismo” de origem católica, atrelado ao trabalho de construção de uma nova identidade para o Estado, o “paranismo” (DOUSTDAR, 2010).

regional. Tal configuração permite tanto a inclusão de opositores ao regime (como Silvio M. Barros) no grupo citado, quanto a aproximação àqueles mais distantes, cujo compartilhamento de uma série de apoios conecta projetos em comum. É o caso de Adriano José Valente (AJV), no centro do gráfico, que se desloca do grupo de notáveis por diferenças com relação aos espaços de circulação e notabilidade – dos seus apoios, apenas dois demonstram ter frequentado o Aeroclube, contudo, em um período onde seu prestígio estava em declínio –, mas se aproxima com relação a Dom Jaime e sua adesão às prescrições do “humanismo” católico. As condições de configuração e manutenção dos apoios nas eleições que se seguirão entre 1982 e 2000 passam por mudanças relativas à orientação da administração pública municipal entre “liberalização” e “participação”, e ao deslocamento do potencial de articulação de projetos pela Igreja Católica em contraposição à ACIM.

2.3. Acirramento das disputas e novas configurações do espaço político

Em 1996, as eleições locais ocorrem em um contexto de rearranjo entre os grupos que disputaram as duas eleições anteriores (1982 e 1992) e cujo êxito do candidato eleito (Jairo Gianoto, PSDB) é atribuído a um discurso de “reconciliação” e “união”. Descrito como “presidente do Olímpico”³², “líder comunitário” e um “nome novo na política partidária”, as menções à sua ocupação não vão além do termo “empresário”. Ao contrário de todos os outros prefeitos eleitos, antes e depois, as atividades ocupacionais de Jairo Gianoto são virtualmente inexistentes no *corpus* da produção intelectual local³³. Apesar da marcação constante referente à ausência de uma trajetória em competições por cargos eletivos, as teorizações nativas referentes ao acesso de Jairo Gianoto ao cargo de Prefeito após as eleições de 1996 remetem às disputas entre os dois grupos políticos que o antecederam e à forma através da qual se comportam relativamente às disputas personificadas.

32 Diferentemente dos símbolos de prestígio empregados na definição de clubes como o Aeroclube e o Maringá Clube, as formas de representação do Clube Olímpico, fundado em 1963, baseavam-se no número de sócios e amplitude do seu espaço físico – o “maior clube de Maringá, tanto em sua dimensão quanto no número de associados” (Documento fornecido pela Gerência de Patrimônio Histórico, órgão da Secretaria de Cultura da Prefeitura Municipal de Maringá, p.08, mimeo) “faz o orgulho de 10.000 pessoas” (*Jornal do Povo*, 9/07/1992). Baseavam-se também nos sentidos de um espaço “acessível”: “para que todos tivessem um lugar ao sol, condizente com a participação de cada um no progresso da comunidade, fez-se o Clube Olímpico” (*Maringá Ilustrada*, 1972, p.102). Tendo sido presidente entre 1972-1980 e entre 1983-1995, registra-se a confusão, ostentada como mérito, entre a história do clube e a sua própria: “o nome Jairo Gianoto associa-se à história, à vida do maior clube social de Maringá” (*Jornal do Povo*, 9/07/92).

33 Sua caracterização enquanto “fazendeiro” aparece em uma única fonte – uma dissertação de mestrado defendida em 2018 (TREVIZAN, 2018). No conjunto do *corpus* consultado, as menções à biografia, à campanha e ao mandato de Jairo Gianoto estão entre as menos frequentes se compararmos com os demais prefeitos. As hipóteses relativas aos fatores que teriam condicionado essa “ausência” remetem tanto à sua não circulação em espaços de prestígio quanto ao seu envolvimento em casos de corrupção, o que teria efeito nas próprias condições de produção de fontes históricas. Contudo, trata-se de uma problemática que foge dos propósitos deste artigo.

Tanto as publicações na imprensa local quanto a produção intelectual sobre o período reproduzem uma atmosfera de disputa entre Said Ferreira (PMDB, prefeito 83-88, 93-96) e Ricardo Barros (PFL, prefeito 89-92)³⁴. Para além das questões mais pragmáticas relativas à competição por posições no espaço político e à ocupação de cargos, estava em jogo a disputa pela imposição de princípios relativos à administração pública, com efeitos marcantes sobre as possibilidades reais de constituição de apoios. Intitulada “administração liberal”, o mandato de Ricardo Barros à frente da prefeitura foi marcado “pela polêmica da terceirização de serviços municipais” (GINI, 2007, p. 43; DIAS, 2008, p. 163). As tomadas de posição relativas a uma valorização da “iniciativa privada” ou do “mercado” estendem-se às tentativas de privatização do ensino municipal e apoio à candidatura de Fernando Collor à presidência em 1989, quando fez campanha em Maringá (GINI, 2007, p. 43).

Em oposição, as referências a Said Ferreira remetem ao apoio à candidatura de Luiz Inácio Lula da Silva em 1994, compondo o mesmo palanque em comícios (DIAS, 2008, p. 163) – apoio este que teria incluído a organização de “um encontro do Movimento dos Sem-Terra (MST), em plena praça da Catedral. [Said Ferreira] Ajudou a pagar ônibus e bancou alimentação” dos presentes (TREVIZAN, 2018, p.65). Além disso, o período de seus dois mandatos (1983-1988, 1993-1996) autointitulados

“administração comunitária” (FERREIRA, 1998) esteve relacionado à organização de conselhos comunitários de bairro (TREVIZAN, 2018), forma de política participativa que seria também implantada durante o mandato do PT (2001-2004) sob o formato do Orçamento Participativo.

No período entre 1983 e 1988, a oposição ao governo de Said Ferreira incluía inicialmente sete partidos (PTB, PL, PDS, PDC, PFL, PSDB, PDT), formando a “Aliança por Maringá” e reunindo, entre candidatos e apoiadores, “personalidades” que “se sedimentaram com base na notoriedade” (TONELLA, 1991, p.113-114). Como já mencionado, aquilo que permite que certos agentes sejam incluídos nas classificações nativas referentes à “notoriedade” remete à circulação em espaços de prestígio frequentemente mencionados nas narrativas de fundação, como Lions Club, Rotary Club, Maringá Club, Aeroclube, ACIM, etc. As classificações em torno da fundação do Rotary Club local em 1952 são ilustrativas nesse sentido, e compõem o trabalho de inclusão do clube dentro dos espaços habilitados a distribuir prestígio: “[fundado] através do prestígio e da habilidade dos seus sócios”; “os membros do clube eram verdadeiramente os maiores líderes da comunidade”; “nata das pessoas de prestígio da sociedade maringaense de então”; “pessoas de prestígio notável na cidade” (GERMANI, 2007, p. 228, 232, 233, 235)³⁵.

34 As interpretações nesse sentido compreendem trabalhos acadêmicos (GINI, 2007), “intervenções” (MENDES, 1995; DIAS, 2003), contribuições eruditas (DIAS, 2008), memórias (SCHIAVONE, 2007) e imprensa (*O Diário do Norte do Paraná*, 09/01/93; *Jornal do Povo*, 06/10/1992; *Correio de Notícias*, 19/08/1992, 11/09/1992).

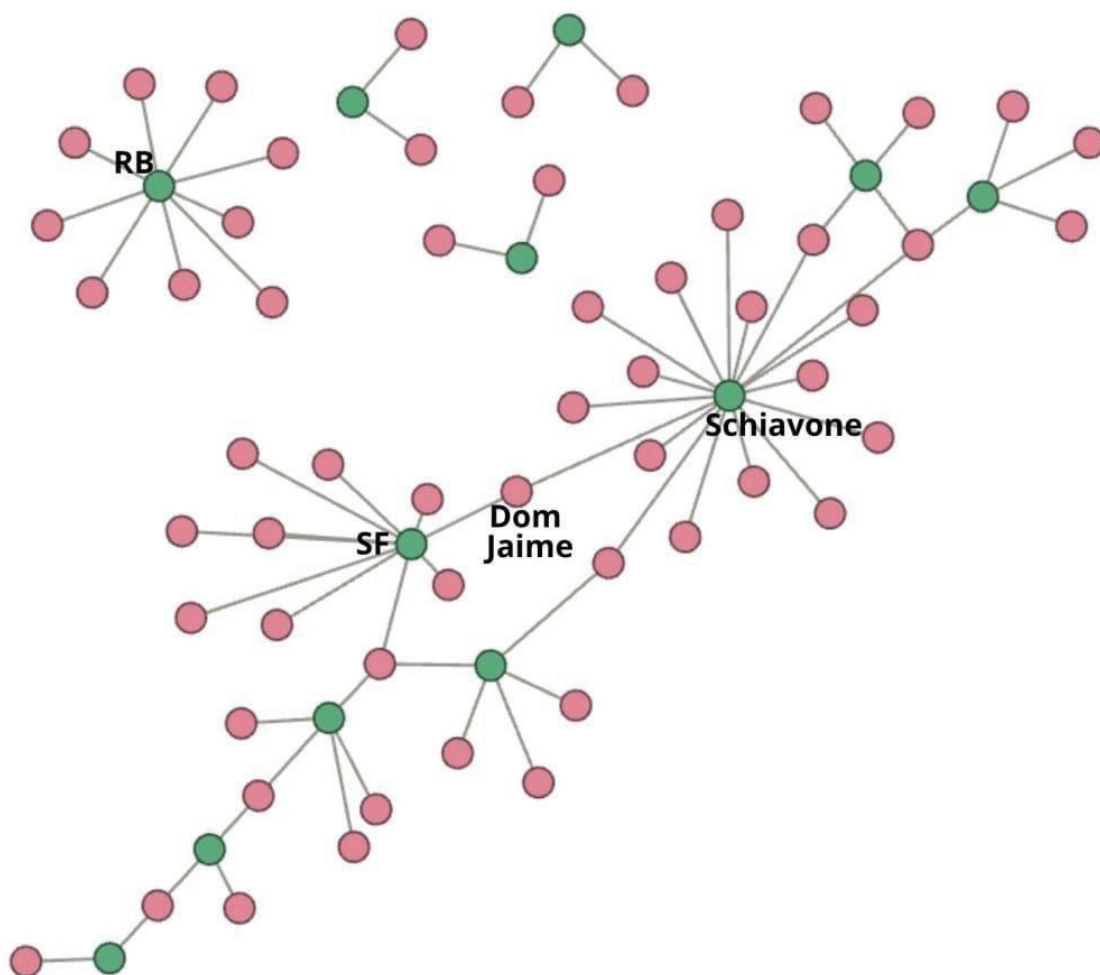
35 O autor, Emilio Germani, “empresário” e industrial (SILVA, GOMES, 2016, p.68), foi um dos fundadores do clube e seu presidente em 1956, além de presidente da ACIM em 1962-1964 (p.164) e parte do grupo de apoio à João Paulino nos anos 1960.

Enquanto um personagem “imaturo” (TREVIZAN, 2018, p.5 1) e um “neófito na política maringaense” (*Correio de Notícias*, 24-25/10/1987), as leituras disponíveis sobre a campanha de Ricardo Barros em 1988 não registram “nenhum apoio mais expressivo, já que não se apresentava as principais lideranças como um nome viável eleitoralmente” (TONELLA, 1991, p. 114), representava, porém, “a força jovem, contra nomes antigos da política maringaense” (TREVIZAN, 2018, p. 51). Formado em engenharia civil pela UEM, as classificações que o descrevem como “empresário” fazem referência aos cargos que assumiu em empresas ligadas à construção civil passando por empresas de promoção de eventos e concessões de rádio. Além disso, o ocultamento da sua participação no governo anterior de Said Ferreira (1983-1988), enquanto diretor técnico da Urbamar – empresa de economia mista constituída para gerir intervenções urbanas no centro da cidade –, tem o potencial de demarcar um distanciamento em relação ao prefeito anterior e ao grupo político contra o qual agora disputava, o que remete às estratégias de posicionamento da candidatura relativamente aos demais candidatos. Isto é, se a passagem por órgãos da administração pública pode ser empregada na afirmação de uma experiência valorizada (PERISSINOTTO; MASSIMO; COSTA,

2017), seu distanciamento também resulta da tomada de posições em relação ao agente ou ao grupo responsável pela nomeação desses cargos públicos.

Tomados os candidatos que concorreram nas eleições de 1982 e 1988 e suas redes de apoios (Gráfico 3), é possível identificar a presença de agentes que atuam na conexão entre grupos, mesmo que muitas vezes em disputa (os candidatos estão marcados em verde, seus apoios em vermelho). É o caso aqui de Dom Jaime Luiz Coelho, o qual, já como arcebispo da arquidiocese de Maringá, estabelece a conexão entre o grupo de Said Ferreira e os demais. Também o PMDB, partido que, tendo abrigado durante os anos 1970 integrantes de grupos de resistência armada à ditadura militar (DIAS, 2018), estabelece a conexão entre o grupo de Said Ferreira, os demais candidatos pelo partido e aqueles ligados ao PT. Para melhor compreensão das considerações a seguir, cabe observar: a) a posição de Dom Jaime como marcador da divisão entre os apoios de Ademar Schiavone (candidato pelo PDS em 1982 e 1988) e Said Ferreira (eleito pelo PMDB em 1982); e b) a ausência de conexões entre o grupo em torno de Ricardo Barros (eleito pelo PFL em 1988) e os demais elementos da rede.

Gráfico 3 – Rede de apoios e candidatos à Prefeitura de Maringá: 1982 e 1988



Fonte: Elaborado pelo autor

Se por um lado, a aproximação de Dom Jaime em relação aos prefeitos eleitos ou em exercício até o início da década de 1970, aparece mais fortemente relacionada ao apoio à construção da Catedral (com a conclusão da obra em 1973) e ao fechamento do jornal *Folha do Norte do Paraná* em 1979, seus apoios se dispersam: movimento expresso através das colunas no *Diário do Norte do Paraná* a partir de 1974 (DE PAULA, 2010). Em janeiro de 1982, portanto ainda antes de definidas as candidaturas para o pleito daquele ano, *O Diário* publi-

cava que, “em Maringá, como predomina a religião católica, o páreo vai ficar entre Ademar Schiaivone e Said Felício Ferreira. Isto porque ambos mantêm estreito relacionamento com o arcebispo de Maringá” (*O Diário do Norte do Paraná*, 03/01/1982 apud TONELLA, 1991, p. 25). Nesse período, os apoios do arcebispo são distribuídos conforme a adesão dos candidatos à religião – Said Ferreira, “militante católico”, “contou com o apoio de setores da igreja ligados ao arcebispo de Maringá (TONELLA, 1991, p. 90) – e das aproximações pessoais

como mediador de alianças: foi este o caso de Schiavone que menciona a definição de sua candidatura como resultado de uma reunião na casa de Dom Jaime³⁶.

A correspondência da Igreja Católica à figura de Dom Jaime, cujos apoios se dão a candidatos tão distintos quanto Said Ferreira e Ademar Schiavone³⁷, tem como base o trabalho específico de difusão do “humanismo” católico em Maringá e a adesão de “nomes conhecidos da cidade” na formalização das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), implantadas nos anos 1970 (ROBLES, 2007, p.247). Entre os “nomes conhecidos”, são citados, além de Said Ferreira, diretores da companhia colonizadora e da ACIM, banqueiros etc. (ROBLES, 2007, p.248).

Amparado em documentos de prescrição da doutrina católica, o movimento “Economia e Humanismo”, que emerge na França nos anos 1940, defendia “o planejamento e a intervenção estatal para a promoção da equidade social e do crescimento econômico” (GODOY, 2020, p. 40-41). Do final da década de 1960 ao início dos anos 1980, diferentes prefeitos e candidatos incluirão esses referenciais nos seus “lemas” e campanhas. Adriano José Valente, eleito pelo MDB em 1968, promoveu o “lema” de “desenvolvimento e humanização” (*Maringá Ilustrada*, 1972, p. 9); Marco Antonio Lourenço Cor-

rêa³⁸, candidato pela ARENA a sucessão de Adriano Valente em 1972, teve o *slogan* de campanha “desenvolvimento sempre; humanização hoje” (DIAS, 2008, p.104); Alvaro Bianchini, candidato pelo PDS em 1982, trazia a mesma ideia, “industrialização com humanização” (TONELLA, 1991, p. 93). Além disso, a formação do PT local³⁹, que elegeeria um prefeito em 2000, esteve fortemente atrelada às pastorais universitárias, cujos membros estiveram à frente do diretório local do partido de 1980 a 2010 (DIAS, 2011).

A desconexão do grupo de Ricardo Barros dos demais elementos da rede marca uma diferença clara com relação aos projetos propostos nas campanhas eleitorais anteriores. O posicionamento contra a tendência histórica de valorização e expansão dos serviços públicos municipais, inclusive de políticas de assistência social que reuniram grande parte das figuras que participaram da política local até então, demanda a configuração de nova rede de apoios, composta agora por “uma nova geração de empresários”. Ainda que Ricardo Barros, em sua campanha em 1988, retome a imagem do pai, Silvio Magalhães Barros – prefeito pelo MDB nos anos 1970 e falecido em 1979 –, como figura de sucesso na política⁴⁰ e como personagem caro à formação da cidade nos seus “primórdios”, a rede de apoios em torno

36 Além da “casa de Dom Jaime”, os espaços de concertação política distribuem-se em uma miríade de “casas” e espaços informais que, ostentados na mídia impressa e obras de memória, constituem-se na sedimentação de um prestígio específico relativo à divisão do trabalho de confecção de laços. Para um aprofundamento nesse sentido, ver Lagüéns (2017).

37 Ligado ao colonismo social, entusiasta do regime militar, apoiou a campanha de João Paulino em 1977 e compôs o mandato de Ricardo Barros entre 1989 e 1992.

38 Ocupou a presidência da Codemar (companhia de economia mista responsável pela distribuição de água no município, em funcionamento entre 1965 e 1976) durante o mandato de Adriano Valente (1969-1972).

39 O primeiro diretório local foi fundado em 1981 (DIAS, 2011).

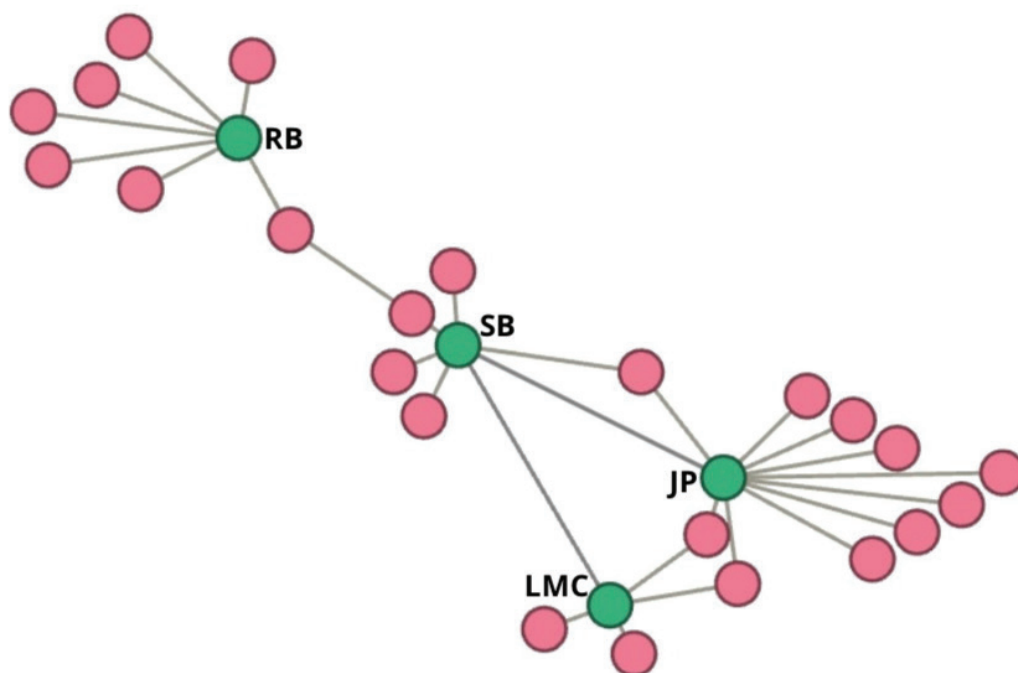
40 Silvio M. Barros foi vereador em Maringá (1964-1967), deputado estadual pelo Paraná (1967-1971), deputado federal (1971-1973) e Prefeito de Maringá (1973-1977).

dele e dos membros de seu grupo nas eleições de 1960 a 1972 não migra para a rede do filho em 1988⁴¹. Essa não migração marca uma diferenciação importante em relação às mobilizações de parentesco e sua dimensão positiva, uma vez que contraria a tendência de “herança” de uma reputação política previamente estabelecida, dissociada de disputas por princípios de visão e de formulação de projetos políticos subjacentes.

Assim, a “renovação” proposta na campanha de Ricardo Barros, refere-se ainda a um distanciamento em relação a alguns dos grupos que compuseram os espaços de poder político até àquelas eleições, ao

mesmo tempo em que lança mão de apoios próximos aos espaços de consagração empresarial. Para ilustrar essa questão, o gráfico seguinte (Gráfico 4) compreende a rede de apoios de prefeitos eleitos entre 1960 e 1988 (com exceção de João Paulino em 1977, e Said Ferreira em 1983), no qual pontos verdes correspondem a prefeitos eleitos, e rosas aos seus apoios. João Paulino (1960), Luiz Moreira de Carvalho (1965) e Silvio M. Barros se conectam entre si. Por outro lado, Ricardo Barros, filho de Silvio M. Barros, estabelece apoios com apenas um único elemento do grupo de seu pai.

Gráfico 4 – Rede de apoios e candidatos eleitos: João Paulino (1960), Luiz Moreira de Carvalho (1964), Silvio M. Barros (1972) e Ricardo M. Barros (1988)



Fonte: Elaborado pelo autor

41 Já no ano de 1989, João Paulino, que apoiou a candidatura de Silvio M. Barros em 1973, juntamente com dois outros ex-prefeitos (Adriano José Valente e Said Ferreira), manifesta-se contra as ações de privatização em tribuna na imprensa local (DIAS, 2018).

Marcado por um período de greves do funcionalismo público municipal e de articulação das primeiras organizações em defesa da probidade administrativa (DIAS, 2018), a eleição que se segue ao mandato de Ricardo Barros, em 1992, vê o retorno de Said Ferreira à Prefeitura e a manutenção da defesa dos lemas anteriores: “Administração Comunitária”. Todavia, as produções retrospectivas sobre as eleições seguintes, em 1996, assim como as interpretações contemporâneas daquele período, reafirmaram a permanência do acirramento entre os dois grupos em disputa (Said Ferreira e Ricardo Barros). Nesse sentido, a candidatura de Jairo Gianoto é lançada como uma “terceira via” (DIAS, 2018), sob o lema da “paz política”, na qual as estratégias de apresentação de si exploram tanto as condições de agenciamento dessa paz, quanto as relações possíveis com o poder central do Estado⁴².

Contudo, o ano de 1996 marca também as estratégias de reposicionamento da associação patronal local em relação aos seus próprios padrões de mobilização⁴³. As categorias já presentes nos anos 1960 como símbolo das projeções prospectivas, são reinscridas como parte dos novos investi-

mentos da associação patronal nas políticas de desenvolvimento⁴⁴. Nesse contexto, as representações expressas na reconstituição da eleição de João Paulino ainda em 1960, que diziam respeito ao “diálogo entre o poder político e as forças empresariais (SILVA, 2017, p. 381) reaparecem nos posicionamentos do candidato eleito no pleito de 1996: “o candidato Jairo Gianoto, do PSDB, declarou abertamente que ‘o Repensando Maringá é o caminho. É uma discussão bastante aberta entre *empresários e políticos*’” (GINI, 2007, p. 152, grifo meu). Gianoto foi, posteriormente, “um dos personagens que mais vezes apareceu em reportagens na Revista ACIM de 1997 a 2000” (GINI, 2007, p. 218).

A partir dessas eleições, a menção a categorias difusas como “empresários” dão lugar à sua personificação na instituição de representação patronal. Tanto a adesão às pautas apresentadas pela ACIM quanto o apoio, explícito ou velado, de membros da sua diretoria, são lidos como apoios da associação às candidaturas. Tendo apresentado candidatos à prefeitura desde 1982, o PT local investe em uma aproximação junto à ACIM a partir de 2000, quando elege José Claudio P. Neto prefeito⁴⁵. Tomados portanto em conjunto

42 Sobre essa relação, são mencionados os apoios dos senadores pelo Paraná Osmar Dias e Alvaro Dias, ambos do PSDB, à candidatura de Jairo Gianoto (*O Diário do Norte do Paraná*, 06/10/1996).

43 Trata-se do projeto “Repensando Maringá” o qual, por iniciativa da ACIM, reúne também professores da UEM para a criação de um Conselho de Desenvolvimento em 1997 e sua instituição como órgão deliberativo definidor das políticas de investimento no município (GINI, 2007).

44 No final dos anos 1960, o prefeito em fim de mandato, Luiz Moreira de Carvalho, publica relatório com suas ações à frente da Prefeitura intitulado “Maringá: os alicerces do futuro”. Em 1994, José Carlos Alcântara, então professor de Ciências Sociais da UEM, empresário e membro da ACIM, em boletim publicado pela associação, declara, sobre o projeto que então se formava: “É preciso ter visão de futuro. Tudo é questão de planejamento” (GINI, 2007, p. 46-47).

45 Trata-se de um anúncio em junho de 2000, portanto pouco antes das eleições, na revista da ACIM, da empresa de José Claudio (uma fábrica de colchões) “estampando ao invés do produto que vendia, a sua própria foto” (GINI, 2007, p. 220). Além disso, segundo um personagem envolvido em campanhas eleitorais e que registra seu testemunho na forma de dissertação de mestrado, Ênio Verri, coordenador de campanha da chapa petista (nomeado secretário de fazenda após as eleições de 2000) seria o “elo entre o PT e o PIB maringense” devido à sua ligação com Jefferson Nogaroli, então presidente da ACIM (TREVIZAN, 2018, p. 69).

(Gráfico 1), os apoios distribuídos entre as eleições de 1952 e 2016 colocam a ACIM na confluência das principais candidaturas, à medida que permanecem as oposições históricas entre perspectivas mais “humanistas” – onde estão os pontos no centro do gráfico, dos prefeitos Said Ferreira (1983-1988, 1993-1996), José Claudio (2001-2004) e Ulisses Maia (2017-) – e aquelas mais ligadas à valorização da “iniciativa privada” – na parte inferior direita, que reúne os prefeitos Ricardo Barros (1989-1992), Silvio Barros II (2005-2012) e Carlos R. Pupin (2013-2016).

Considerações finais

Tomados os apoios em conjunto – e aqui foi feita referência de forma mais pormenorizada aos pleitos de 1960, 1982, 1988 e 1996 –, as dinâmicas de aproximação e distanciamento entre grupos variam, em primeiro lugar, de acordo com as estratégias de classificação (e desclassificação) de biografias individuais mas também transpostas ao grupo como um todo. Em segundo lugar, mesmo as disputas mais particularistas entre grupos envolvem e estão imersas nas representações positivas sobre a cidade, trabalhadas e retrabalhadas seja pelas possibilidades de se apresentar, de forma mais ou menos representativa desses ideais, seja pelas produções mais voltadas às teorizações nativas ou à consagração de memórias.

Assim, a emergência de João Paulino como prefeito em 1960 conecta-se às estratégias de desclassificação do prefeito anterior, Américo Dias Ferraz, através de um deslocamento dos critérios de excelência social – das demonstrações de rápido acúmulo econômico à posse de recursos como o diploma escolar e a oratória, ostentados como expressão da “técnica” e do autocontrole. Nesse período, grande parte daqueles

que compuseram a rede de apoios a João Paulino foram nomeados em secretarias e autarquias nos dois períodos em que esteve à frente da prefeitura: apoios esses que carregam as mesmas classificações de prestígio relativas às organizações às quais estiveram anteriormente filiados (ACIM, Lions Club), de modo que a referência a um dos membros da rede se estende aos demais.

Desse modo, as estratégias de ajustamento dos aspectos biográficos ao espaço do dizível na política local remetem ao ocultamento e ressignificação de “traços” e “hábitos” em razão de diferentes pertencimentos e exposições na produção histórica. Se o “hábito” de Américo Dias Ferraz andar armado representava traços ultrapassados e que denotavam inadequação, a mesma conduta por parte de um membro do grupo de João Paulino é descrita positivamente, com referência a heróis do cinema da época.

De modo geral, mesmo que em um primeiro momento, as disputas e formação de apoios pareçam constituir lógicas bastante conjunturais, o foco sobre a forma a partir das quais as representações nativas buscam dar razão às candidaturas e alianças revela projetos mais amplos que ensejam não apenas produções consagratórias mas que estão na base mesmo das disputas pelo poder político local. Considerando que não tratei aqui da evidenciação de condições práticas que permitiriam o êxito eleitoral, busquei pelas formas de emprego de representações e classificações na autorização das candidaturas que dão razão às alianças associadas às condições objetivas que permitem sua mobilização diferencial a depender dos grupos em disputa.

Explorei as possibilidades de articulação entre candidaturas e disputas pelas classificações que descrevem os princípios de excelência social e prescrevem a dinâmica histó-

rica do espaço político local. Dito de outra forma, tratei aqui da hipótese relativa à convergência entre grupos, projetos políticos e as formas de relação com a história. Percebe-se um trabalho constante de ajustamento das biografias às exigências das disputas pela prefeitura e sua adequação às classificações locais de reputação e prestígio.

Se a sociologia política brasileira já dispõe de um conjunto importante de trabalhos que vêm demonstrando como o “local” (ou outras categorias e formas de classificação presentes apenas localmente) é mobilizado nas competições eleitorais, e como as alianças são tributárias de uma história que fundamenta as tomadas de posição no jogo político, a intenção deste artigo foi reposicionar a importância dos projetos políticos, i.e., a orientação de governos mais ou menos liberais, mais ou menos conservadores ou progressistas, na formação de grupos em concorrência. Além disso, ao contrário de recorrer à evidência de uma condição atávica ou transpor um “sentido do jogo” naturalizado entre os nativos como dispositivo explicativo, busquei pela gênese do processo de unificação simbólica dos grupos políticos, ou seja, ao que permitiu que agentes se reconhecessem como parte de um mesmo “projeto”. Entre os anos 1950 e 1960, esse processo correspondeu ao choque entre (a) os princípios do “pioneirismo” então vigentes, (b) a condução de uma cidade concebida para a modernidade e o progresso, e (c) a reivindicação dos agentes autorizados a conduzir a cidade a esse destino, estabelecendo os círculos de consagração em torno da UEM e dos clubes sociais e de serviços. Ao longo das décadas seguintes, os valores do humanismo católico se acoplariam, sem grandes atritos, com os princípios já estabelecidos do “planejamento” e da “técnica” postos em prática

através dos serviços públicos municipais. Já em 1988, a campanha de Ricardo Barros à prefeitura, propondo um projeto calcado nos valores de mercado (em oposição ao humanismo católico), logra compor um grupo isolado dos espaços mais tradicionais de consagração social. Como resultado, tal projeto é abandonado e virá à tona novamente apenas com a eleição de seu irmão nos anos 2000, agora sustentado pela associação patronal local – instância fiadora dos projetos políticos subsequentes.

Assim, argumento que a formação de grupos em razão da defesa de projetos políticos, bem como o atrelamento de grupos e projetos ao processo histórico de constituição das hierarquias locais que classificam agentes e instituições, têm como efeito central a necessidade de se deslocar o interesse de análise. Isso significa ir além da investigação das condições de acúmulo de recursos e de sua mobilização, passando ao questionamento sobre quais são as visões de mundo que os políticos buscam impor à totalidade dos eleitores e o quanto suas estratégias se encontram limitadas pelas hierarquias e classificações que circulam localmente e que são, a todo tempo, alvo de disputas e atualizações.

Referências

- ABÉLÈS, M. L'anthropologue et le politique. *L'Homme*, Paris, tome 26, n. 97-98, p. 191-212, 1986.
- ABÉLÈS, M. Political anthropology: new challenges, new aims. *International Social Science Journal*, v. 49, Issue 153, p. 319-332, September/1997.
- ALCÂNTARA, J. C. O dualismo partidário no período de 1966 a 1982 e sua representação local. 2004. 346 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Estadual Paulista, Assis, 2004.

- AMARAL, T. V. P. *As elites políticas de Maringá: um estudo sobre a Câmara Municipal, 1997-2012*. 2011. 144 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2011.
- ANDRADE, A. *Maringá: ontem, hoje e amanhã*. Maringá: Rumo, 1979.
- ARIAS NETO, J. M. *Pioneirismo: discurso político e identidade regional*. *História & Ensino*, Londrina, n.1, p. 69-82, 1995.
- ARRUDA, L. R. V.; KERBAUY, T. M. *Estudos sobre elites políticas e poder local*. *Revista Política Hoje*, Recife, v. 25, n. 1, p. 11-40, mar. 2016.
- BAILEY, F. G. *Stratagems and Spoils: a social anthropology of politics*. Boulder-CO: Westview Press, 2001.
- BÉAL, V. *L'Évolution du gouvernement municipal dans une ville industrielle: le cas de Saint Étienne. Pôle Sud*, Montpellier-FR, n. 25, p. 89-105, 2006.
- BEZERRA, M. O. *Estado, representação política e corrupção: um olhar antropológico sobre a formação de fronteiras sociais*. *Crítica e Sociedade: revista de cultura política*, Uberlândia, v. 2, n. 2, p. 64-80, dez. 2012.
- BOISSEVAIN, J. *Patronage in Sicily*. *Man, New Series*, v. 1, n. 1, p.18-33, mar./1966.
- BOURDIEU, P. *Le mort saisit le vif [Les relations entre l'histoire réifiée et l'histoire incorporée]*. *Actes de la recherche en sciences sociales*, Paris, v. 32-33, p. 3-14, avr./juin. 1980a.
- BOURDIEU, P. *L'identité et la représentation: Éléments pour une réflexion critique sur l'idée de région*. *Actes de la recherche en sciences sociales*, Paris, v. 35, p. 63-72, nov./1980b.
- BRIQUET, J-L. *Communiquer en actes. Prescriptions de rôle et exercice quotidien du métier politique*. *Politix*, v. 7, n. 28, p.16-26, Quatrième trimestre 1994.
- BRIQUET, J-L.; SAWICKI, F. *L'analyse localisée du politique*. *Politix*, v. 2, n. 7-8, p. 6-16, 1989.
- BUÉ, N, DESAGE, F. *Le "monde réel" des coalitions* L'étude des alliances partisans de gouvernement à la croisée des méthodes. *Politix*, v. 4, n. 88, p.7-37, 2009.
- CARVALHO, L. *Zebra foi a surpresa da primeira eleição para a prefeitura de Maringá*. *Metró 376*, 2021. Maringá. Disponível em: <https://metro376.com/zebra-foi-a-surpresa-da-primeira-eleicao-para-a-prefeitura-de-maringa/>. Acesso em: 15 out. 2023.
- CINTRA, A. O. *A integração do processo político do Brasil: algumas hipóteses inspiradas na literatura*. *Revista de Administração Pública*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 2, p.7-29, 1971.
- CORADINI, O. L. *As missões da "cultura" e da "política": confrontos e reconversões de elites culturais e políticas no Rio Grande do Sul (1920-1960)*. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n. 32, p. 125-144, 2003.
- CORDOVIL, F. C. S. *A aventura planejada: engenharia e urbanismo na construção de Maringá, PR (1947 a 1982)*. 2010. 636 f. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade de São Paulo, São Carlos, 2010.
- DE PAULA, A. R. *O Jornal do Bispo: A história da imprensa maringaense desde os anos 50 contada aqui*. 2010. Disponível em: <https://jornaldobispo.blogspot.com/2010/04/livro-o-jornal-do-%20bispo-historia-da.html>. Acesso em: 13 out. 2023.
- DIAS, R. B. *Da arte de votar e ser votado: as eleições municipais de Maringá*. Maringá: Clichetec. 2008.
- DIAS, R. B.; GONÇALVES, J. H. R. *História local e horizonte biográfico: Jorge Ferreira Duque Estrada em Maringá*. In: PRIORI, A. (org.) *História, memória e patrimônio*. Maringá: Eduem, 2009, p. 35-48.
- DIAS, R. B. *A trajetória do PT em Maringá: da fundação à conquista da prefeitura*. *Perseu –Revista do Centro Sérgio Buarque de Holanda da Fundação Perseu Abramo*. ano 5, n.7, p. 227-256, 2011.
- DIAS, R. B. *A face esquerda da cidade: estudos sobre a história de movimentos, partidos e personagens do campo político de esquerda em Maringá*

(1947-2000). Curitiba: CRV. 2018.

DORÉ, M. I. **Emergência das instituições políticas locais: representações e biografias na construção do secretário municipal em Maringá-PR**. 2020. Tese (Doutorado em Sociologia). Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2020.

DOUSTDAR, N. M. **O paranismo atualizado: a democracia cristã e o planejamento no primeiro governo Ney Braga**. 2010. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2010.

DUFLOTH, S. C. et al. Atributos e chances de sucesso eleitoral de prefeitos no Brasil. *Revista de Administração Pública*, Rio de Janeiro, v. 53, n. 1, p. 214-234, 2019.

ESTRADA, J. F. D. Terra Crua. In: DIAS, R. B.; GINI, S.; SILVA, M. F. P. *Terra Crua / Jorge Ferreira Duque Estrada*. Maringá: Eduem, 2014 [1961], p. 1-163.

FERREIRA, S. Os dez anos que mudaram a história de Maringá: 1983/1988 e 1993/1996. s/d.

GERMANI, E. **Retalhos da vida**. Maringá: Ed. Autor, 2007.

GINI, S. **A construção da hegemonia empresarial: o caso do movimento repensando Maringá (1994-2004)**. 2007. 282 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2007.

GODOY, J. H. A. Dom Helder Câmara e Louis-Joseph Lebret: Desenvolvimentismo e práxis progressista católica nas décadas de 1950 e 1960. *DADOS*, Rio de Janeiro, v. 63, n.1, p. 1-41, 2020.

GOMES, D. H.; OLIVEIRA, A. D. **Américo Dias Ferraz: a saga do “caboclo violeiro”**. Maringá: Sinergia Casa Editorial, 2019.

GONÇALVES, J. H. R. **História regional e ideologias: em torno de algumas corografias políticas do norte paranaense 1930-1980**. 1995. 264 f. Dissertação (Mestrado em História do Brasil) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 1995.

GRAZIANO, L. **Clientelismo e sistema político:**

il caso dell'Italia. Milano: Franco Angeli Editore, 1980.

GRILL, I. G. Recursos sociais, mediação e alianças nas eleições municipais do Maranhão (2008). *Revista de Ciências Sociais*, Fortaleza, v. 40, n. 2, p. 7-31, 2009.

GRILL, I. G. Bases sociais, representações e usos de espólios simbólicos em “famílias de políticos”. *Revista Pós Ciências Sociais-REPOCS*, São Luís, v. 17, n. 33, p. 25-62, jan./jun. 2020.

GRILL, I. G.; BORDIGNON, R. R. Estratégias de reprodução de “elites”, transformações morfológicas e reconfigurações dos espaços de poder. *Revista Pós Ciências Sociais-REPOCS*, São Luís, v. 17, n. 33, p. 11-20, 2020.

GRILL, I. G.; REIS, E. T. **Elites parlamentares e a dupla arte de representar: intersecções entre “política” e “cultura” no Brasil**. 1. ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2016.

HOYLE, T.; GELAPE, L.; SILOTTO, G. . A construção de vínculos político-territoriais na cidade: evidências de São Paulo. *Opinião Pública*, Campinas, v. 27, n. 2, p. 549-584, 2021.

IUBEL, A. F. “Gestão indígena” na prefeitura de São Gabriel da Cachoeira: alianças, expectativas e transformações políticas. *R@U*, São Carlos, v. 7, n. 2, jul./dez., p.79-97, 2015.

LANDÉ, C. H. Introduction: The dyadic base of clientelism. In: SCHMIDT, S. W. *et al.* (eds.) **Friends, Followers and Factions: A reader in political clientelism**. Berkeley: University of California Press, 1977, p.XIII-XXXVII.

LAGÜÉNS, J. V. M. Política dentro de casa: notas sobre articulações, conversas e grupos políticos. In: COMERFORD, J.; BEZERRA, M. O.; PALMEIRA, M. (org.) **Questões e dimensões da política**. Rio de Janeiro: Papéis Selvagens, 2017, p. 59-67.

LAVAREDA, A.; TELLES, H. (org.) **Eleições municipais na pandemia**. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2022.

LEAL, V. N. **Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil**. 7. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

- LUZ, F. **O fenômeno urbano numa zona pioneira: Maringá.** Maringá: A Prefeitura, 1997.
- Maringá Ilustrada, agosto/1957. Acervo Gerência do Patrimônio Histórico, Secretaria Municipal de Cultura, Prefeitura Municipal de Maringá.
- Maringá Ilustrada, maio/1972. Acervo Gerência do Patrimônio Histórico, Secretaria Municipal de Cultura, Prefeitura Municipal de Maringá.
- MARINGÁ, Prefeitura Municipal de. **Série Documentos do Patrimônio: Inocente Villanova Júnior, centenário de nascimento do primeiro prefeito de Maringá.** Maringá: Clichetec, 2003.
- MARINGÁ, Prefeitura Municipal de. **Série Documentos do Patrimônio: Américo Dias Ferraz, 35 anos de falecimento do segundo prefeito municipal de Maringá.** Maringá: Mondrian, 2018.
- MARQUES, E. C. L. Redes sociais e instituições na construção do Estado e da sua permeabilidade. *RBCS, São Paulo*, v. 14, n. 41, p. 45-67, out./1999.
- MENDES, M. **Sociologia de Botequim.** Maringá: Clichetec, 1995.
- MENESES, V. F. **Saudade e rusticidade: reconversões sociais e convivência com as secas entre elites pecuaristas do Cariri Paraibano.** 2018. 222 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro: Rio de Janeiro, 2018.
- MERCKLÉ, P. **La sociologie des réseaux sociaux.** Paris: La Découverte, 2011.
- MORO, D. A. (org.). **Maringá, espaço e tempo: ensaio de geografia urbana.** Maringá: Eduem, 2003.
- NOIRIEL, G. Pour une approche subjectiviste du social. *Annales: économies, sociétés, civilisations.* 44e année, n. 6, p. 1435-1459, 1989.
- OLIVIERI, C. Política, burocracia e redes sociais: as nomeações para o alto escalão do Banco Central do Brasil. *Rev. Sociol. Polít., Curitiba*, n. 29, p. 147-168, nov. 2007.
- OMURA, I. A. R. **Eleitores e eleitos: eleições e comportamento (Maringá: 1956-1954).** 1981. 209 f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 1981.
- PALMEIRA, M. HEREDIA, B. M. A. Os comícios e a política de facções. *Anuário Antropológico/94,* Rio de Janeiro, 1995.
- PALMEIRA, M.; BARREIRA, C. (org.) **Política no Brasil: visões de antropólogos.** Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004.
- PERISSINOTTO, R. M.; MASSIMO, L.; COSTA, L. D. Oligarquia competitiva e profissionalização política: o caso dos senadores brasileiros na Primeira República (1889-1934). *DADOS, Rio de Janeiro*, v. 60, n. 1, p. 79-110, 2017.
- PETRARCA, F. R.; OLIVEIRA, W. J. F. Parentelas, grupos dirigentes e alianças políticas. *Política & Sociedade, Florianópolis*, v. 16, n. 37, p. 191-224, set./dez 2017.
- PIMENTEL, V. M. **A primazia dos clãs: a família na política nordestina.** 2014. 114 f. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2014.
- QUEIROZ, M. I. P. O coronelismo numa interpretação sociológica. In: QUEIROZ, M. I. P. **O mandonismo local na vida política brasileira e outros ensaios.** São Paulo: Alfa-ômega, 1976, p. 163-216.
- RECCO, R. **O caminho do tempo.** Maringá: Gráfica Regente, 2010. 184 p. Disponível em: https://issuu.com/flammaeditora/docs/livro_unimed_2010_vers_o_2020_internet. Acesso em: 13 out. 2023
- REIS, E. T.; GRILL, I. G. Estudos de elites políticas e as bases das multinotabilidades no Brasil. *Tempo Social (online)*, v. 29, n. 3, p. 137-159, 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ts/a/hFxs-ZYYmV3G5DGBxwtqHxZz/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 13 out. 2023
- ROBLES, O. **A igreja que brotou da mata: os 50 anos da Diocese de Maringá.** 1. ed. Maringá: Dental Press Ed. 2007.
- RODRIGUES, A. L. Características do processo de urbanização de Maringá, PR: uma cidade de “porte médio”. *Cadernos Metrópole, São Paulo*, n. 12, p.

95-121, 2004.

SANCHES, A. *Maringá, sua história e sua gente*. Maringá: Massoni, 2002.

SANCHES, A. *Maringá, uma história de progresso*. Maringá: Editoração Eletrônica Sedenir Brilhador, 2010.

SANCHES, A. *Anuário de Maringá*. Ano VII, n. 7, 1969.

SAPIRO, G. Réseaux, institution(s) et champ. In: MARNEFF, D.; DENIS, B. (éds.) *Les réseaux littéraires*. Bruxelles: Le CRI/CIEL-ULB-ULg, 2006. p. 44-59.

SAWICKI, F. Por uma sociologia dos meios e das redes partidárias. In: MARENCO, A. (org.) *Os eleitos: representação e carreiras políticas em democracias*. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2013, p. 11-29.

SAWICKI, F. Le leadership politique: Un concept à remettre sur le métier ? In: SMITH, A.; SORBETS, C. (dir.) *Le leadership politique et le territoire: les cadres d'analyse en débat*. Rennes: Presses Universitaires de Rennes, 2015, p. 71-88.

SCHIAVONE, A. *Memórias de um bom sujeito I*. Maringá: Sthampa, 2000.

SCHIAVONE, A. *Memórias de um bom sujeito II: artigos históricos*. 1. ed. Maringá: Sthampa, 2004.

SCHIAVONE, A. *Memórias de um bom sujeito III: 60 anos da história política de Maringá*. Maringá: Sthampa, 2007.

SILVA, W. M. (org.) *Maringá 70 anos: a cidade contada pelos que viveram sua história: da prancheta à realidade (1923-1959)*. Maringá: Unicesumar, 2017. (Coleção Maringá 70 anos, v. I).

SILVA, W. M. (org.) *Maringá 70 anos: a cidade contada pelos que viveram sua história: o futuro é agora (1960-2018)*. Maringá: Unicesumar, 2018. (Coleção Maringá 70 anos, v. II).

SILVA, M. F. P., GOMES, D. H. *ACIM: a solidez de um legado*. Maringá: Ed. Carlos Alexandre Venâncio, 2016.

SILVA, E. F. (org.) *Eleições Municipais 2020: cenários, disputas e resultados políticos*. Fortaleza:

EdMeta, 2021.

TOMAZI, N. D. "Norte do Paraná": história e fantasmagorias. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 1997.

TONELLA, C. *Poder local, partidos e eleições na reedição do pluripartidarismo em Maringá, Paraná, 1979-1988: um estudo de caso*. 1991. 180 f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1991.

TREVIZAN FILHO, D. *O protagonismo do gestor público no desenvolvimento de Maringá-PR*. 2018. 93 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2018.

VARGAS, T. JP, *o promotor de obras*. Curitiba: Torre de Papel, 2003.

VASQUEZ, V.; CURTI, H.; SILVA, B. S. *Prefeitos e a construção do Apoio Legislativo nos municípios*. DADOS, Rio de Janeiro, v. 64, n. 2, p. 1-34, 2021.

VILLELA, J. M. *Família como grupo? Política como agrupamento? O sertão de Pernambuco no mundo sem solidez*. *Revista de Antropologia*, São Paulo, v. 52, n. 1, p. 201-245, 2009.

WOLF, E. *Aspects of Group Relations in a Complex Society: Mexico*. *American Anthropologist*, n. 58, p. 1065-1078, 1956.

RESUMO

Este artigo analisa as dinâmicas de formação de apoios para as eleições municipais na cidade de Maringá, entre os anos de 1952 e 2016, perfazendo um total de 16 pleitos ininterruptos. Para este fim, foi feito o levantamento dos apoios a candidatos entre 1952 e 2016, manifestados de modo formal (registro de candidaturas), ou informal (registrados nas produções editoriais de memória). Tomando por objeto a relação entre a formação de grupos políticos e as diferentes leituras nativas do espaço político local, persigo duas questões centrais: a) como as teorizações nativas a respeito do jogo político local refletem a permanência de sentidos duráveis que caracterizam os projetos políticos em pauta e, assim, elegem aquilo que constitui o objeto próprio de disputas no debate político; e b) como a composição dos grupos em disputa, no lugar de refletir estratégias pragmáticas e sobretudo conjunturais, espelham hierarquias sociais construídas local e historicamente.

PALAVRAS-CHAVE

Grupos políticos. Eleições municipais. História local. Elites políticas.

ABSTRACT

This article analyzes the dynamics of support for candidates in municipal elections in the city of Maringá, between 1952 and 2016. To this end, I gathered all supports to candidates, formally or informally manifested (by official sources or informal reports). Taking into account the relationship between the formation of political cliques and the different native meanings given to the local political space, I pursue two central questions a) how the native theorizations about the local political game reflect the permanence of durable meanings that characterize the political projects at stake and, thus, elect what constitutes the proper object of disputes in the political debate; b) how the composition of cliques, instead of reflecting pragmatic and above all situational strategies, mirror social hierarchies built locally and historically.

KEYWORDS

Political cliques. Local elections. Local history. Political elites.

Recebido em: 15/06/2023

Aprovado em: 30/08/2023